

Música na UL



www.facebook.com/museucombatente.oficial



Numº. 231 - Ano / An 10 - 11 de Fevereiro / 11 février 2023

QUÉBEC

JORNAL COMUNITÁRIO EM PORTUGUÊS

JOURNAL COMMUNAUTAIRE EN FRANÇAIS

CANADA

A INDUSTRIALIZAÇÃO EM PORTUGAL NO SÉCULO XX

Introdução (ver pág. 1 e 3)

José Amado Mendes
Miguel Figueira de Faria

A Companhia União Fabril (CUF) tem já uma longa história, cujas raízes remontam a 1865. Todavia, a sua notoriedade foi adquirida posteriormente, sobretudo graças a acção do seu grande impulsor e dinamizador, o empresário Alfredo da Silva (1871 -1942). Após a conclusão do curso no Instituto Comercial e Industrial de Lisboa, em 1892 – cujos estudos concluiu com brilhantismo, tendo sido o melhor aluno do seu curso –, enveredou pela actividade empresarial, exercida na Companhia Carris de Ferro de Lisboa, no Banco Lusitano e na Companhia Aliança Fabril (CAF), cuja administração esteve a seu cargo, de 1893 a 1898.

Dada a proximidade do ramo desenvolvido, pelas duas empresas – entre outras, a moagem de sementes oleaginosas, o fabrico de sabão e de velas de estearina² – e a localização das respectivas fábricas, na zona de Alcântara, a Companhia União Fabril adquire, em 1898, a Companhia Aliança Fabril, sua concorrente.

No período subsequente (1898 -1906), Alfredo da Silva destacou-se na gestão da «nova» CUF, «revelando alguns elementos de modernidade: o capital, representado, sobretudo, por Constant Burnay, Gabriel Freitas e Ernest Empis, não interferia na administração a cargo de Alfredo da Silva, José Amado Mendes e Miguel Figueira de Faria.

A necessidade de expandir a actividade, relativamente a produtos em fase de crescente procura, com destaque para os adubos químicos, bem como a urgência em criar novas unidades produtivas, em área mais adequada, sem os constrangimentos existentes na zona urbana, contribuíram para que o empresário, em 1907, tomasse a decisão de

instalar a CUF, no Barreiro. Esta opção, pela localização estratégica daquele que se transformaria no mais importante complexo industrial português, viria a revelar -se de grande alcance, para a industrialização e o desenvolvimento do País, ao longo do século xx.

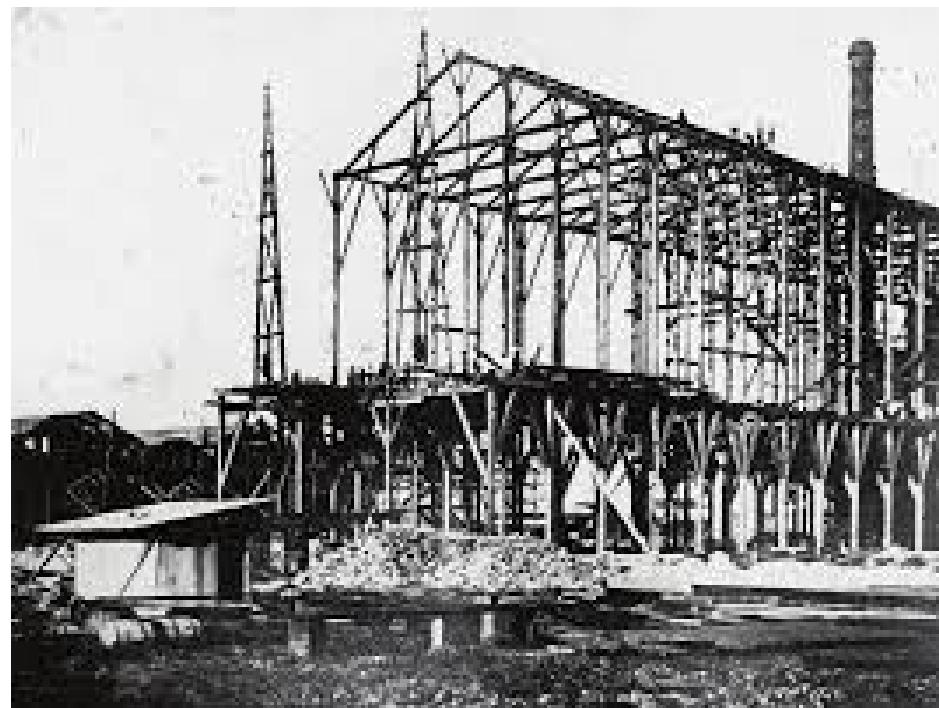
Ao invés do que sucedeu aquando da 1.^a Revolução Industrial – cuja tecnologia mais emblemática, a máquina a vapor, só chegaria a Portugal em 1821, meio século após ter sido patenteada em Inglaterra, em 1769 –, no que concerne à 2.^a Revolução Industrial, o País seguia de perto as nações mais industrializadas, através de uma aposta consistente no ramo das indústrias químicas, características, entre outras, desta segunda fase da industrialização.

A CUF e o seu responsável máximo, Alfredo da Silva, resolveram instalar-se no Barreiro, devido às excelentes condições ali existentes: disponibilidade de terrenos, fora de grandes centros populacionais; abundância de água; acessibilidade em termos de transportes (fluviais, marítimos e ferroviários); proximidade de matérias-primas, do mercado abastecedor de mão-de-obra e consumidor dos respectivos produtos, nomeadamente o Alentejo e a capital. Assim, cerca de um ano após a compra do primeiro terreno – mais precisamente, em 19 de Setembro de 1908 –, entra em funcionamento a primeira fábrica da CUF, no Barreiro.

Tratava-se de «uma unidade de extração de óleo do bagaço da azeitona, usado no fabrico de sabões, e que dava emprego a uma centena de trabalhadores.

Seguem-se, em breve, a primeira fábrica de ácido sulfúrico (obtido, nesta fase, por ustulação da pirite e produzido em câmaras de chumbo), a primeira unidade de obtenção de enxofre (usado no fabrico de insecticidas), a primeira fábrica de superfosfatos.

Como a referida data, além de assinalar um evento importante, tem



Ver na página 19 o pedido de apoio aos Comandos de Portugal

Visitez
Portugal



Le païs du Soleil

A Chuva e o Bom Tempo

Julgando um dever cumprir, / sem descer do meu critério /
Digo verdades a rir, / Aos que me mentem a sério.

António Aleixo 1899-1949

Opinião

Portugal tem o seu destino forjado.

Por Raul Mesquita

Como num circo, as cambalhotas políticas teem-se multiplicado com abandonos, críticas individuais que ferem a harmonia socialista, fazendo tremer os muito representantes na Assembleia da República ao mesmo tempo das afirmações que se cruzam nos segredos de alcova. Afirma-se que este Governo, mesmo se majoritário, não irá durar muito tempo, crescendo nas sombras uma oposição forte preparada e aplicada pelos próprios eleitos socialistas. Ao que parece, o pm António Costa, esperará apenas um convite para ingressar em qualquer repartição ou chefia de departamento dentro da União Europeia, para se demitir como chefe do Executivo. Partirá, não partirá é a questão que se põem muitos dos componentes do meio círculo da Assembleia não escondendo a água que lhes escorre pelo canto da boca...

Quais as razões e os porquês desta situação?

É flagrante a falta de respeito pelo povo e pelas instituições nacionais da parte de um pm que nunca terá tido capacidade de dirigir um país, sempre mais ocupado em vender o seu "ego" na Europa e seguindo os desvairos dos muitos boys enquadrados aqui e além.

Com o longo tempo à frente do Executivo, António Costa deixou de ser o guardião do templo de Mário Soares. O cinismo e a hipocrisia são do mesmo tipo porém, falta-lhe a sagacidade, a esperteza saloia do que se considerava a si próprio como o "monarca" socialista. Até na falta de cortezia e de respeito às autoridades policiais, como visto num vídeo que circulou uns tempos nas redes sociais, feito durante uma campanha eleitoral em Portugal. O "forte" do pm Costa é o sorriso idiota. Nunca sabemos se ri **do** ou para **o** seu oposto! O PR é diferente mas não melhor. Faz fitas de salvação na praia e muitas fotografias com jovens garotas. A desconfiar de intenções pedófilas ou serão simplesmente, recordações da adolescência?

O que terá acontecido desde a "descoberta" da pandemia? O povo estava (e está) farto das pandemias e outras invenções de doenças "chinesas" a que poucos darão as atenções desejadas com máscaras e vacinas, que apesar de todas as incongruências e falsidades trazidas à superfície de quando em quando, forçaram decisões ditatoriais a que os canadinos obedeceram curvando a espinha...resmungando "à francesa"...

Todavia, o que explicará melhor porque a esquerda tem vindo progressivamente a perder as estribeiras e a desagregar a própria opinião de algumas pessoas que lhe eram inicialmente favoráveis, sobretudo as camadas moderadas da população. A desagregar uma imagem de confiança que poderia ter sido depositada nela. A esquerda entrou por caminhos que intiminam e assustam os eleitorados. E o resultado traduz-se em termos globais. Através da desorientação consecutiva em que tem defendido pontos de vista que não tem levado a lado nenhum. Vejamos aqui porque Pedro Nuno Santos se deixou envolver com a TAP e os problemas escolares. Com as escandalosas somas atribuídas a pessoal "auto demitidas" como compensações simplesmente não devidas...e caríssimas...

O problema em Portugal é História que vem de longe! A crise actual tem muito de herança do Governo de António Guterres. E continua. Toda a gente sabe disso. É impossível escamotear a situação por muito que a retórica de alguns membros do actual governo queiram insinuar o contrário, é esta a verdade. António Guterres arruinou as Finanças portuguesas. Seguiu-se Sócrates e tudo o resto. A crise internacional é um factor negativo que veio somar-se devido à imprevidência, à imprudência e à incompetência de quem não soube prevenir nem gerir as coisas de outra maneira. Junta-se a fruta podre que temos à mesa connosco: a **corrupção**. Mal instalado a que os socialistas se radicaram e com ele vão fazendo fortunas de novos ricos!

Razão tinha o palhaço Boris ao referir-se às métricas da EU!!! <https://tinyurl.com/2xzmndkh>

(Por José Gabriel, in Facebook, 25/01/2023)

Naquele tempo, há milhares de anos, o homem, num golpe de génio, inventou o vinho. E achou que era bom. Logo soube também que, como tantas coisas importantes a vida, tinha o vinho uma dupla face: um lado prazeroso e alegre, outro triste e feio. E não temeu, pois sobrava-lhe bom senso e sabedoria para consumir o novo néctar com moderação. Os deuses também gostaram e não o dispensavam nas suas libações. Chegaram mesmo a usá-lo como metáfora do divino sangue. Poderia haver excessos? Sim, como em todas as actividades humanas. Mas isso não dependia da natureza do consumido, mas a insensatez o consumidor. E, assim, o vinho acompanhou os homens na sua jornada e eles acharam que era bom.

Até que os homens inventaram uma coisa chamada União Europeia. E esta, na sua obsessão de proteger os cidadãos da velha Europa de tudo o que lhes desse prazer – em nome a higiene, a saúde, a segurança... – e, considerando que os cidadãos são todos descerebrados, decidiu que todas as garrafas e outros contentores do precioso líquido fossem rotulados com imagens assustadoras e advertências que – à semelhança do que acontece com o tabaco - desencorajassem os sequiosos humanos do seu consumo (ver notícia aqui).

A bondosa organização até já calculou a percentagem de consumidores que abandonariam o vinho desmotivados por essas advertências. Tem ela a certeza de que até o mais inveterado bebedor deixará de o ser por esses rótulos lhe fazerem ver, qual epifania, a verdade. Ignora-se quais os sucedâneos recomendados para a celebração de cerimónias religiosas e outras em que se brinda com o funesto líquido. Talvez só escape a cerimónia do baptismo dos barcos, uma vez que esta consiste, geralmente, no acto de partir uma garrafa de champanhe contra o casco da embarcação, o que constitui uma bela metáfora às intenções benévolas da União Europeia.

Acontece que, ao longo desta história do vinho, os homens inventaram os Italianos, povo dado aos prazeres sólidos e líquidos da mesa. Ora, os Italianos, sabendo as intenções da UE, e assanhadiços que são quando lhes entram no cardápio, já anunciaram que jamais obedeceriam às ordens da Úrsula europeia e recusariam que as suas garrafas de Brunello di Montalcino, Chianti, Barolo e outras maravilhas fossem visualmente poluídas com tão sinistros avisos. E exortam outros povos a fazer o mesmo. Ora, pergunto eu, ao menos neste assunto conseguiremos fazer frente aos caprichos dos mandantes europeus? Aqui, acho que os meus irmãos latinos – pelo menos – se levantarão. Contra os abusos de poder da UE e, claro, para um brinde à nossa saúde.



A Industrialização em Portugal no Século XX suite da pág.1

ainda um valor simbólico – constituindo como que a «cédula de nascimento» daquela que viria a tornar-se uma espécie de capital industrial do País –, justifica-se, por isso, que o seu centenário tenha sido devidamente assinalado, no âmbito de um vasto e recheado programa comemorativo.

A exemplo do que se tem verificado frequentemente na esfera político-militar, desde, pelo menos, a Revolução Francesa e, em Portugal, a partir da segunda metade de Oitocentos, também no mundo empresarial as datascomemorativas passaram a ser, por vezes, assinaladas, contribuindo não apenas para evocar e recordar, como também para promover a investigação histórica e, por essa via, reforçar a própria cultura organizacional. Como lembra Teófilo Braga, aliás na linha de A. Comte, «a síntese afectiva, correspondendo às acções morais de solidariedade humana, manifesta-se pelos Centenários dos grandes homens ou dos grandes sucessos.

No âmbito do programa das Comemorações do Centenário da CUFno Barreiro – iniciativa da Câmara Municipal do Barreiro, da CUF e da Quimiparque, a partir de fi nais de 2007 e que se prolongou pelo ano de 2008, realizou -se o Colóquio Internacional A Industrialização em Portugal no século XIX — O caso do Barreiro (Auditório Municipal Augusto Cabrita, Barreiro, de Outubro de 2008). Atendendo à investigação anteriormente efectuada e às obras publicadas, sobre temas relacionados com o Grupo CUF e seus principais protagonistas, bem como a anteriores eventos do género levados a cabo, a organização do referido evento foi atribuída à Universidade Autónoma de Lisboa (UAL), através do seu Centro de Estudos de História Empresarial e do Instituto de Investigação Pluridisciplinar.

A sua concepção e organização esteve a cargo da Comissão Científica, da qual fizeram parte Jaime Reis, José Manuel Fernandes, Raquel Henriques daSilva, Miguel Figueira de Faria, José Amado Mendes e José Leal da Silva. Alémdos três últimos elementos referidos, que também pertenceram à Comissão Executiva, esta contou ainda com a colaboração de Madalena Mira, Manuel Serejo, Cristina Dias, Leal da Silva, Paulo Caetano, Lurdes Lopes e Inês Silva.

Como tema central do Colóquio foi adoptada A Industrialização emPortugal no século XX — O caso do Barreiro, tendo em vista o conjunto diversificado de tópicos com ela relacionados. Como bem notou Fernand Braudel, «aindustrialização, como a Revolução Industrial, coloca tudo em causa, sociedade,economia, estruturas políticas, opinião pública e tudo o resto [...]. A RevoluçãoIndustrial, que vai revolucionar a Inglaterra, depois o mundo inteiro, não é, emnenhum momento do seu percurso, um assunto bem delimitado, mas apena sum feixe de problemas, num determinado espaço e num tempo dado.

Assim, as cerca de três dezenas de comunicações apresentadas por investigadores nacionais e estrangeiros, de diversas especialidades, distribuíram -se por quatro painéis, subordinados s temas:

1 – Indústria: factor humano, tecnologias e produtos (coord. Jaime Reis);

2 – A CUF e o Barreiro: o legado de Alfredo da Silva (coord. Miguel Figueira de Faria);

3 – Arquitectura e urbanismo na indústria: vilas operárias, movimentos sociais, planos e património (coord. José Manuel Fernandes);José Amado Mendes e Miguel Figueira de Faria.

4 – Do Realismo ao Neo-Realismo: imagens do trabalho e do operário na Arte Portuguesa (coord. Raquel Henriques da Silva).Somente a leitura integral das comunicações, que se seguem, poderá elucidar-nos devidamente sobre a riqueza dos respectivos conteúdos. Todavia,permitimo-nos realçar alguns dos aspectos que consideramos mais relevantes.

Nos textos incluídos no painel 1, foram estudados, entre outros assuntos:os recursos humanos na CUF, no que se refere ao mercado interno de trabalho,à formação, remuneração/estímulos e distribuição por sexo; a evolução da gestão na CUF e as suas alterações ao longo do tempo, no sentido da profissionalização,ou seja, a passagem do predomínio da «mão invisível» (A. Smith) para a «mão visível» (A. Chandler); a criação da empresa Amoníaco Português, segundo a estratégia corporativa; reflexão sobre os conceitos de «Revolução Industrial» e«industrialização» e a sua aplicação ao caso português; a responsabilidade social exercida pela CUF e as suas possíveis

«leituras».

Por sua vez, no âmbito do painel 2, os textos centram -se na relação de Alfredo da Silva com o poder político; a diversificação da sua actividade empresarial, inclusive pelo sector dos casinos, através do Grande Casino Peninsular da Figueira da Foz; o recurso da CUF a técnicos estrangeiros altamente qualificados, principalmente nos primeiros anos da sua instalação no Barreiro, com destaque para o engenheiro francês, Auguste Lucien Stinville, cujo papel foi decisivo, na instalação das primeiras unidades; a formação de Alfredo da Silva na área da Química; a utilização de tecnologias inovadoras nas fábricas da CUF no Barreiro; a condição dos trabalhadores, o movimento operário e os conflitos sociais no Barreiro.

Quanto ao painel 3, as comunicações incidiram sobre: as vilas operárias, do ponto de vista da história comparada, nomeadamente entre exemplos franceses, da Catalunha e do Barreiro; o urbanismo e a planificação urbana;a musealização, requalificação e reutilização de estruturas industriais, com a valorização do respectivo património.

No painel 4, abordaram-se tópicos relacionados com os reflexos da industrialização nas diferentes formas artísticas, da literatura – por exemplo, através do Neo-Realismo –, à pintura e à escultura, da fotografia à arte funerária.

A apresentação das comunicações no Colóquio foi seguida de amplo debate, no qual participou um número considerável dos presentes que, além de interpelarem os investigadores, tiveram o enzejo de dar o seu contributo, através dos testemunhos orais de realidades vividas e sentidas pelos próprios, Introdução o que constituiu contributo valioso para ampliar e exemplificar as perspectivas apresentadas pelos oradores.

Fruto da investigação produzida no âmbito do Colóquio e, bem assim, de algumas publicações, vindas a lume anteriormente ou já no âmbito do Centenário da CUF no Barreiro, possuímos hoje um conhecimento mais amplo da evolução da CUF e do respectivo grupo, assim como de alguns dos seus principais líderes. Todavia, muito há ainda a fazer, dadas as dimensões que o empreendimento viria a alcançar. Com efeito, nos anos 1950, a CUF possuía, só no Barreiro, 65 fábricas e cerca de 11 000 trabalhadores; no total, chegaram a integrar o grupo mais de 120 empresas. Em 1973, encontrava-se entre os 150 maiores grupos mundiais, os 10 maiores da Europa, sendo o maior da Península.

Trata-se, pois, de um vasto campo de investigação histórica, ainda só parcialmente explorado, mas que, por certo, muito beneficiará com a nova tendência para valorizar e incrementar os estudos de história empresarial, biográficos e prosopográficos.

A concluir, gostaríamos de reiterar a nossa gratidão às entidades que tornaram possível a realização do Colóquio Internacional, O Industrialização em Portugal no século XIX — O Caso do Barreiro e a publicação das respectivas actas, nomeadamente: Câmara Municipal do Barreiro, CUF, Quimiparque e Grupo José de Mello.

Universidade Autónoma de Lisboa, 3 de Fevereiro de 2010



Entrega do Prémio Universidade de Lisboa 2020 a António Guterres

6 de Janeiro de 2023

Entrega do Prémio Universidade de Lisboa 2020 a António Guterres
 O Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, recebeu o Prémio Universidade de Lisboa 2020 na cerimónia que decorreu esta quinta-feira, 5 de Janeiro de 2023, na Aula Magna.

A cerimónia de entrega do Prémio Universidade de Lisboa 2020, instituído com o apoio da Caixa Geral de Depósitos, ao Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, foi conduzida pela Embaixadora da Boa Vontade do Fundo das Nações Unidas para a População, Catarina Furtado e foi presidida pelo Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, com a presença do Reitor da Universidade de Lisboa, Luís Ferreira e do Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, Paulo de Macedo.

Na primeira intervenção da noite, o Reitor da Universidade de Lisboa enalteceu o singular percurso de vida do premiado, o seu apego às causas sociais e a sua capacidade de as transformar em acção política. Afirmando que a Universidade de Lisboa “continuará a dar um contributo fundamental para a ciência, para a cultura e para a reflexão sobre a sociedade e a condição humana. Continuará a ser um lugar onde a ciência e a cultura são criadas, exibidas, divulgadas e onde a condição humana será sempre o centro do seu envolvimento cívico. A Universidade de Lisboa sente-se honrada por um dos mais brilhantes do mundo aceitar o Prémio maior que anualmente atribui.”.

Aquando da sua intervenção, foi o Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, que devolveu a mensagem de gratidão à ULisboa: “Esta é a minha Universidade, foi numa Escola desta Universidade, no Instituto Superior Técnico, que aprendi a pensar com rigor, que aprendi a valorizar a ciência e a verdade, que aprendi a trabalhar em equipa e também, é verdade, como voluntário em acção social em bairros de lata de Lisboa, que sofri um choque emocional e racional, que largamente determinou a minha vida e tenho, por isso, uma enorme dívida de gratidão para com esta Universidade. (...) E com profunda emoção e é com enorme sentido de agradecimento que aqui estou.”.

O Presidente da Comissão Executiva da Caixa Geral de Depósitos, Paulo de Macedo, partilhou a certeza de que este reconhecimento é o da Universidade de Lisboa como é de todo o país. Considerando a grande importância da atribuição deste prémio a António Guterres “pois trata-se da sua Alma Mater”, como também para a ULisboa e para a própria Caixa Geral de Depósitos, cujo voto é o de estar presente e poder contribuir para momentos como este.

O Secretário-Geral das Nações Unidas, António Guterres, sublinhou ainda que continuará a “lutar pela paz, lutar pelo fim ou pela redução das desigualdades, lutar pela reafirmação dos direitos humanos e em particular pelos direitos à igualdade de género e travar esta luta louca que temos vindo a ter contra a natureza, são objectivos em relação aos quais não nos podemos resignar e, na medida em que alguma coisa o Secretário-Geral das Nações Unidas o possa fazer, podem ter a certeza de que tudo farei para que possamos corrigir estas tendências extremamente negativas às quais o nosso mundo tem vindo a evoluir nos últimos tempos. E este prémio vai ajudar a ganhar consciência da necessidade de tudo fazer nesse sentido e, por isso, quero agradecer, do fundo do coração.”.

O prémio, no valor de 25 mil euros, vai ser doado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas ao Conselho Português para os Refugiados, doação que o Reitor da Universidade de Lisboa realça, no empenho de António Guterres e na sua “ambição de transpor a solidariedade para o colectivo, revelando o lado mais nobre da política”, referindo também o compromisso da ULisboa nesta área de actuação: “Sendo o objectivo de vida do nosso homenageado encontrar soluções para melhorar a vida dos mais vulneráveis, a Universidade de Lisboa congratula-se com a doação deste prémio e manifesta disponibilidade para continuar a trabalhar com o Conselho Português para os Refugiados em áreas de interesse comum.”.



Entrega do Prémio Universidade de Lisboa 2020 a António Guterres



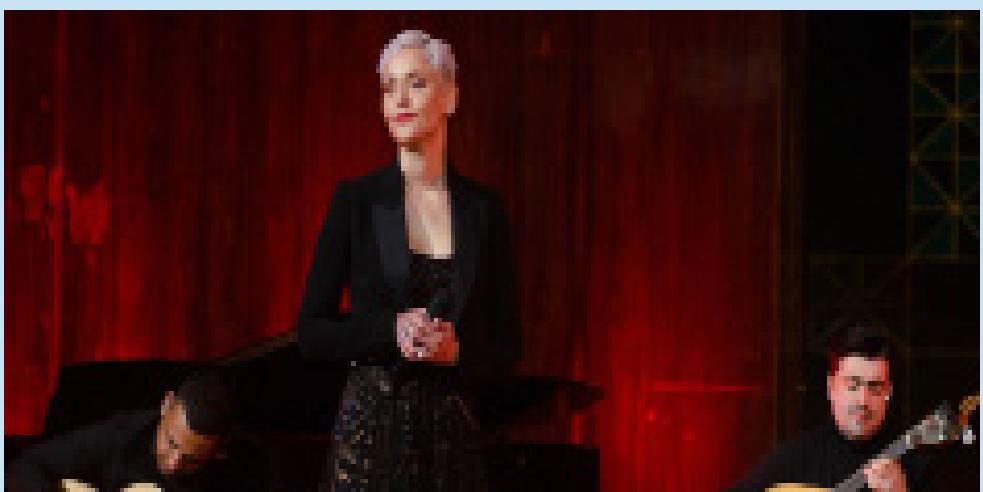
O Presidente da República sublinhou a paixão com a qual António Guterres guiou toda a sua vida: “Ele era, de longe, o melhor de uma geração cheia de outros muito bons. Mas ele é mais do que isso, ele é o melhor dos melhores na luta pelas causas, pelas causas universais”.

A cerimónia contou ainda com dois momentos musicais, um interpretado pelo Coro Juvenil da Universidade de Lisboa, dirigido pela maestrina Erica Mandillo e pela actuação da cantora Mariza, que encerrou a Cerimónia com “Primavera”, um tema em que interpreta um poema de Daniel Faria e no qual a cantora cantou à capela.

A atribuição do Prémio Universidade de Lisboa a António Guterres reconhece o seu singular contributo para o país e para o mundo, só possível pelas suas excepcionais qualidades humanas e intelectuais. O Prémio Universidade de Lisboa tem como objectivo distinguir e premiar individualidades que tenham contribuído de forma notável para o progresso e o engrandecimento da Ciência e/ou Cultura e para a projecção internacional do país.



5



A quoi les aides aux entreprises servent-elles ?

ENTRETIEN



Eli Cohen
Directeur de recherche au CNRS



Laurent
Professeur à l'université de Lille et
chercheur au Clercé

Limiter les délocalisations, soutenir l'emploi, la compétitivité, l'innovation... Les objectifs visés grâce aux aides aux entreprises sont nombreux. Les économistes Elié Cohen et Laurent Cordonnier en débattent.

Pourquoi y a-t-il tant d'aides aux entreprises en France ?

Elié Cohen : Parce que, dans le même temps, la France taxe fortement ses entreprises. En Europe, c'est le deuxième pays pour les prélèvements bruts et pour les prélèvements nets, c'est-à-dire y compris si l'on prend en compte les aides qu'elles reçoivent. Ces dernières ne sont que la contrepartie d'un système de taxation particulièrement lourd. La France est « une économie de la prothèse », nous devons fournir aux entreprises de quoi supporter le poids des prélèvements qui pèsent sur elles. Entre l'impôt sur les sociétés et les aides, l'Etat est tout le temps présent dans la vie des entreprises.

Laurent Cordonnier : Je partage le même diagnostic : la France taxe beaucoup ses entreprises, bien plus que l'Allemagne par exemple. Mais je note que l'écart des prélèvements obligatoires nets des aides a tendance à se réduire : il correspondait à 12 points de valeur ajoutée en 1995, il n'est désormais plus que de 6 points. La question centrale est donc celle de l'efficacité de ces aides.

E. C. : C'est très simple : un tel écart, même réduit, représente un handicap majeur pour les entreprises françaises ! Comme le dit l'économiste Patrick Artus, nous avons les coûts élevés de l'Allemagne mais nous produisons des produits de moyenne gamme comme en Espagne, où les coûts sont faibles. Les aides sont là pour combler ces problèmes de compétitivité. La désindustrialisation de la France est un phénomène massif, elle montre que les aides restent insuffisantes pour empêcher le phénomène.

L. C. : Là encore, je partage le diagnostic : ces aides ne sont pas efficaces, en termes d'innovation, de compétitivité et, surtout, de création ou de sauvegarde des emplois.

Mais les aides sont générales, elles ne concernent pas que les entreprises en concurrence sur le marché mondial...

E. C. : C'est juste, et la raison est la suivante : on ne peut pas constitutionnellement discriminer les aides selon la nature de l'activité de l'entreprise.

L. C. : Si l'on s'intéresse aux résultats en termes d'emplois de toutes ces aides, ils sont particulièrement décevants. Par exemple, les évaluations du crédit d'impôt pour la compétitivité et l'emploi (Cice) – l'exonération de cotisations sociales sur les salaires – donnent un nombre d'emplois créés ou sauvagardés qui varie entre 0 et 240 000, soit une médiane à 120 000 emplois pour environ 22 milliards d'euros d'aides, ça fait cher l'emploi ! Peut-on se permettre de dépenser autant d'argent public pour un résultat aussi médiocre ? L'impact a été faible également sur l'investissement :

l'argent a permis aux entreprises de gagner un à deux points de marge supplémentaires. Je n'appelle pas cela une économie sous prothèse mais un capitalisme français sous perfusion. Cette baisse massive de cotisations et de fiscalité engagée depuis les années 2000 correspond à une stratégie défensive de l'Etat où le pays tire mal son épingle du jeu dans un contexte globalisé et financiarisé, mais avec peu d'effets donc sur les objectifs

politiques poursuivis.

E. C. : Rappelons tout de même la logique poursuivie. Au niveau européen, nous nous sommes fixé des règles communes à respecter selon l'idée que ces dernières allaient favoriser la montée en gamme et la spécialisation des différents pays du continent. La condition étant que cette montée en gamme soit tirée par un effort particulier d'innovation, lui-même permis par un investissement dans la recherche et l'économie de la connaissance. Mais vingt ans après, force est de constater que les dépenses de recherche d'un pays comme la France ont totalement stagné. Nous n'avons jamais autant parlé de recherche et d'innovation et nous n'en avons jamais aussi peu fait. Pourquoi ?

E. C. : L'une des raisons est le cercle vicieux de la désindustrialisation. La recherche est principalement portée par les grands industriels. Mécaniquement, quand leur présence sur le territoire se réduit du fait des délocalisations, l'effort d'innovation chute également. En parallèle, l'ensemble des gouvernements, de droite comme de gauche, n'a jamais pris au sérieux ce nécessaire soutien à la recherche et l'innovation.

Faute d'augmentation de dépenses en recherche et donc de montée en gamme de l'économie, les gouvernements successifs ont additionné les dispositifs d'aide aux entreprises pour limiter la dégradation de notre compétitivité. L'objectif majeur étant de maintenir les conditions d'attractivité du pays pour la localisation et le développement des activités. Sans elles, la situation aurait été pire. Ces aides permettent effectivement d'améliorer d'un ou deux points le taux de marge des entreprises et de maintenir une politique d'attractivité. En résumé, ces compensations évitent ou limitent les effets directs des dégradations mécaniques de notre compétitivité qui sont à l'œuvre.

L. C. : Expliquer que sans les aides cela aurait été pire, c'est un raisonnement contrefactuel. Le résultat est plutôt que ces aides ne fonctionnent pas ou ont une efficacité très limitée pour un coût élevé.

Le crédit d'impôt recherche (CIR) vise justement à soutenir l'effort dans la recherche et coûte 6 à 7 milliards d'euros par an aux finances publiques. Ne fallait-il donc pas conditionner son versement ?

E. C. : C'est plutôt une mesure défensive pour éviter les délocalisations. Le gouvernement a dit aux entreprises : si vous restez en France, vous serez aidées. Le CIR est d'une certaine manière conditionné à une présence sur le territoire, mais pas à un développement des activités. Je pense qu'il aurait fallu être plus directif dans cette conditionnalité des aides publiques à la recherche et l'innovation. Et pour cela, il aurait fallu que les gouvernements qui se sont succédé soient convaincus de cette logique, ce qui n'était absolument pas le cas. La politique de recherche et d'innovation pourrait ainsi privilégier l'objectif de localisation sur le territoire de nouvelles unités industrielles, ce qui reviendrait à donner davantage de moyens aux PME ou entreprises intermédiaires innovantes, aux universités et centrales de recherche, etc.

Et donc d'en donner moins aux très grandes entreprises, comme Sanofi, qui est un des premiers bénéficiaires de ce crédit d'impôt ?

E. C. : Les gouvernements successifs ont utilisé une arme, la politique de la recherche, pour se préserver des délocalisations, je n'ai jamais été d'accord avec ce procédé mais, encore une fois, il relève de la logique de la prothèse. Je pense que la politique de recherche doit soutenir la recherche et l'innovation. Donc, oui, nous pouvons prendre le risque de dire à Sanofi : vous n'aurez plus les mêmes soutiens que vous aviez auparavant.

L. C. : La compétitivité n'est qu'un objectif intermédiaire et partiel, l'ambition principale reste l'emploi, nous devons donc introduire des conditionnalités qui poursuivent cet objectif. Je concède que la conditionnalité à la création d'emplois est délicate, car comment savoir si tel poste aurait été créé ou pas sans l'aide ? Une des manières de contourner cette difficulté est la réduction du temps de travail. Le gouvernement pourrait aider les entreprises ou les salariés à réduire leur temps de travail en passant à 32 heures, par exemple, et en subventionnant cette démarche. Pour ce faire, l'Etat pourrait reprendre un certain nombre de ristournes fiscales dont l'on sait qu'elles n'ont mené à quasi rien en termes de création d'emplois. Avec un coût de plus de 100 000 euros par emploi créé ou sauvagardé grâce au Cice, nous avons des marges de manœuvre pour financer un contrat type 32 heures. L'Etat pourrait profiter en outre des bénéfices du chômage évité, permis par les créations de postes qu'induit la réduction du temps de travail.

Anáusea

Por Rita Ferro

Conhecem aquele tipo de beatas ou ratas de sacristia, essas matronas que se apoderam das igrejas católicas, mudam as dálias do altar, barricam o acesso aos padres e lhes engomam os paramentos em êxtases ambíguos, destratando os humildes e adiantando-se nas naves para serem as primeiras a comungar, de olhos em alvo e estendendo, papudas, as mãos à hóstia? Essas, precisamente! E sabem por que motivo me enervam mais do que qualquer pecador cristão? É simples: porque não pecam na casa delas, mas na de Jesus.

Ora bem. É seguindo a mesma lógica que certos socialistas me revoltam mais do que qualquer burguesia exploradora, pelas mentiras, falcaturas e conspiratas que fazem, servindo-se dos clichês humanistas para depois se borrifarem nos pobres, aburguesando-se num crescendo assustador e apoderando-se, um a um, de todos os confortos dos ricos ou do que entendem por «alta sociedade»: o carrito de luxo, a casita com piscina, a contita na Suiça - tudo ambições humanas, mas anãs.

Ao contrário, a Direita, sendo egoísta, comodista, dilettante, individualista - tudo o que quiserem, reconheço - ao menos não mistifica as suas prioridades!

Em suma: não há partidos, há pessoas, e a ambição é comum às duas margens, já o sabemos. Mas a de alguns socialistas é tão execravelmente hipócrita que acaba por enojar quem, como eu, neta de salazaristas, foi tão pronto a entender a bênção da democracia que chegou a dar-lhes, penitente e escrupuloso, o benefício da dúvida.

O exemplo começou com o mais emblemático dos paladinos da liberdade e da justiça: El Rei Dom Mário Soares e os seus sucessivos citroëns de luxo, personalizados como um monograma, os tailleur Chanel da Maria

E. C. : Je le répète : gardons à l'esprit que nous sommes dans un pays surtaxé, surendetté, surfiscalisé. Toute nouvelle mesure doit être strictement conditionnée à ne pas accroître cette pression. Ce que vous proposez là, ce sont des mesures nouvelles. La vraie question est de savoir comment l'on peut faire éventuellement des microréformes désirables pour améliorer les dispositifs d'aide (par exemple avec le CIR qui pourrait être réservé aux PME) tout en restant à l'intérieur d'un cadre financier soutenable. Il ne faut donc surtout pas ajouter des conditionnalités nouvelles aux anciennes.

L. C. : Pourquoi ?

E. C. : Parce qu'on n'arrête pas d'empiler des contraintes nouvelles sur les entreprises, particulièrement en France par rapport aux autres pays, parce qu'on assiste à une dégradation continue de l'industrie et de l'économie françaises. Instaurer une tranche supplémentaire de conditionnalité dégraderait encore plus la situation des entreprises. Cela revient à créer des nouvelles contraintes sur les entreprises sans que ces dernières soient indemnisées pour cela.

L. C. : Cela leur arrive depuis que le capitalisme est né ! Son histoire est aussi celle de sa domestication par des tas de contraintes. Avec près de 160 milliards d'euros d'aides aux entreprises et des dispositifs très inefficaces, nous avons moyen de redéployer certaines aides et d'en conditionner d'autres.

E. C. : Penser que ces milliards sont à la disposition du gouvernement et peuvent être affectés à un autre usage, c'est méconnaître l'économie d'ensemble des prélèvements et des aides.

Quelles conséquences aurait une suppression de ces aides ?

L. C. : Malheureusement, la conclusion à laquelle nous sommes arrivés dans la rédaction de notre rapport est que toutes ces aides qui se sont empilées font dorénavant partie du régime « *normal* » de profitabilité des entreprises avec un effet d'accoutumance. Etant donné la masse et le volume de ces aides, les supprimer brutalement pourrait causer des dégâts. Ceci étant dit, il existe un certain nombre d'aides qu'on peut réduire sans mettre à bas le capitalisme français (les 22 milliards dont on a parlé par exemple) et un certain nombre d'autres (le CIR) qu'on peut conditionner plus strictement avec des objectifs en termes d'emploi, de décarbonatation des entreprises, de protection de la biodiversité, etc.

Barroso, talhados no Ayer, e as suas casinhas na cidade, serra e praia, para se aquecerem ou refrescarem consoante as estações do ano - e, finalmente, até uma Fundação para se distraírem na reforma; décadas depois, a coisa refinou: temos o Sócrates a vestir-se por estilistas da Rodeo Drive de Los Angeles, a ministrada anti-fascista a rolar em séries 5, e os quadros estratégicos das empresas públicas a ganharem salários que nem os banqueiros ganham - mete nojo!

(Atenção: escreve-vos a sobrinha de um Director Geral do Turismo *, casado e com cinco filhos, de rendimento modestíssimo, que, em Abril de 74, foi enjaulado em Caxias como um vulgar delinquente por alegado crime de peculato, por gastar - segundo a grelha da (in)Justiça Revolucionária - «demasiada água do Luso»! Miseráveis: não lhe arranjaram mais nada! E agora digam-me: visitar um tio na prisão por servir garrafas de água, nas funções representativas que ocupava, e ter de encará-lo atrás das grades prostrado pela desonra, para agora ver esta maltosa arrivista em lugares-chave, alguns deles profundamente desconhecedores de maneiras ou protocolo, a jantarem no Eleven e a regarem-se a Chivas?)

Palavra de honra: antes os políticos comunistas e bloquistas – autistas no seu radicalismo anacrónico e obviamente perigosos num cenário de poder – mas, apesar de tudo, com outra face, outra decência, outra coerência doutrinária!

E digo-vos mais: nem deveria ser gente como eu, apenas crítica ou sangrando sobre os escombros de uma pátria pilhada e demolida, a revoltar-se, mas os próprios socialistas, honestos e convictos da consistência da sua ideologia, a demarcarem-se, exigindo o afastamento de quem tão gravemente os embaraça, compromete e, por associação, os arrasta para este lodo de troça e de descrédito!

E só digo mais isto: coitados dos militares de Abril, analfabetos, que alinharam: foram usados! Cravos, sim, mas foi para lhes pregarem as mãos

* Engº Álvaro José Ferreira Roquette, meu tio adorado que partiu sem rancores



Em vésperas da morte de Eça de Queiroz carta de sua esposa Emília de Castro

Data atribuída segundo o texto da carta. - Em vésperas da morte de Eça de Queirós, sua mulher, Emília de Castro, lança um desesperado apelo ao 1.º Conde de Arnoso, evidenciando a plena consciência da dramática situação do escritor.

A carta que Emília de Castro, mulher de Eça de Queirós escreveu, de Paris, a Bernardo Pindela, conde de Arnoso, em Agosto de 1900, seria apenas o testemunho de uma profunda angústia se não nos desse, em vésperas da morte do marido, uma perspectiva dos seus sentimentos, diferente da geralmente conhecida.

Não estando datada só podemos pressupor que foi escrita depois de 11 ou 12 de Agosto, provável chegada de Eça a Paris, de regresso da sua curta e inútil estada na Suíça, e antes de 16, dia da sua morte.

Os termos em que Emília lança o seu desesperado apelo a um dos grandes amigos do escritor, evidencia o quanto estava ciente da dramática situação que viviam: “Ele está muito doente! muito gravemente doente e parece-me obrigação avisar a família, não digo os pobres pais que estão tão velhos, mas a minha cunhada Aurora [...]”

A compreensão do que realmente de estava a passar contraria alguns testemunhos da época, sendo um dos mais citados, o de Conceição Eça de Melo, prima e amiga muito presente do casal, pois as suas palavras induzem-nos a supor que Emília de Castro estaria “desolada, mas não desesperada”, tendo sido Conceição a esclarecer-la acerca do próximo desenlace. Tal interpretação foi ainda reforçada pelas palavras de Emília que, em cartas a Ramalho Ortigão e Jaime Batalha Reis, em fins desse ano de 1900, lamentava nunca se haver apercebido do perigo que Eça corria, explicando a sua desatenção pela terrível preocupação causada pelas doenças dos quatro filhos, precisamente durante os meses de Junho e Julho, quando a saúde de Eça se deteriorava visivelmente. Mas parece não restarem dúvidas de que, nos últimos dias de vida do marido, Emília estava consciente do que se passava.

Nessa carta ao conde de Arnoso afirma não se poder iludir por mais tempo pois o médico não lhe escondia “o seu cuidado”, referindo-se, provavelmente, à opinião de Melo Viana, médico assistente do escritor e de toda a família, que deveria ter ficado aterrado ao ver o aspecto do romancista à chegada a Paris.

A verdade é que Eça de Queirós fora sempre um homem de aspecto frágil e o seu amigo Jaime Batalha Reis, que o conheceu em 1866 na redacção da Gazeta de Notícias, irá descrevê-lo muitos anos depois como “[...] uma figura muito magra, muito esguia, muito encurvada, de pescoço muito alto, cabeça pequena e aguda que se me mostrava inteiramente desenhado a preto intenso e amarelo desmaiado [...] as faces lívidas e magrissimas, o cabelo corrido muito preto, do qual se destacava uma madeixa irregular, ondulante, na testa pálida que parecia estreita sobre os olhos cobertos por lunetas fumadas [...].”

Retrato porventura pintado com cores demasiado sombrias e contra o qual se rebelaria Emília de Castro, ao confidenciar a Luís de Magalhães que lhe custara a reconhecer “o seu José” nessa “figura amarela e preta”. Talvez que o jovem folhetinista, em 1866, não apresentasse aspecto tão doentio, baseando-nos, para o presumir, em algumas fotografias posteriores a essa época. A

verdade, porém, é que a sua fragilidade se iria acentuar ao longo dos anos, opinião partilhada por amigos e conviventes, como Amália Vaz de Carvalho, Mariano Pina, Ramalho Ortigão e António Feijó que quatro meses antes do casamento de Emília e Eça, o vê já “mirrado como um pergaminho antigo”.

Contudo, embora na correspondência enumerasse um rol de constipações, bronquites, nevralgias, dores de estômago e indigestões, as queixas só se irão avolumar depois de 1897, sendo acometido por acessos de febre, os tão chamados “crescimentos” ou “acrécimos” que o deixavam “derreado”, “amaranhado” e “murcho”. Mas é a partir de Janeiro de 1900 que piora ainda mais, começando uma singular e infundável peregrinação, de cidade em cidade, à procura de alívio para um mal estar permanente que ele próprio não conseguia definir. Estranhamente, nem Jacques Bouchard, eminente patologista francês, nem Melo Viana se mostravam inquietos com o seu estado, afirmado a familiares e amigos que a enfermidade não apresentava carácter grave, aconselhando banhos, duches, descanso e mudança de ares.

Habituada ao aspecto frágil, às queixas, às dietas, e descansada pela opinião médica, parece-nos natural que Emília só tardivamente se apercebesse da situação. Supomos mesmo que tal atitude nascesse dum desinteresse pelo marido. Embora as opiniões nem sempre sejam concordantes quanto à sua ligação sentimental, a correspondência trocada entre ambos e publicada em boa hora por A. Campos Matos, leva-nos a supor que a relação entretecedida pelo casal é substancialmente diferentes da que se poderia vislumbrar pelas cartas de Eça, queixando-se das dificuldades que o casamento não minorara. Recordemos que ela, com vinte e oito anos, prestes a ficar para tia, ele quarentão e solteiro, com a bolsa e o estômago arruinados por uma vida de boémia, tinham alguma coisa a ganhar, mesmo que se tratasse afinal de “*un mariage de raison*”. Mas com o volver dos anos, talvez o casal se haja redimido dum enlace concertado por terceiros, através de um forte amor pelos quatro filhos e de uma ternura que, muitas vezes, nasce entre dois seres carentes da afecto.

O apelo de Emília a Bernardo justificava-se plenamente. Não podendo pedir ajuda aos amigos mais próximos, uns impedidos por doença sua ou de familiares como o conde de Sousa Rosa e Jaime Batalha Reis, outros de férias como Eduardo Prado e Ramalho Ortigão, recorreu naturalmente ao amigo que em Lisboa recebia sempre o marido com muito entusiasmo e carinho. Fazendo parte do grupo jantante dos “*Vencidos da Vida*”, Eça prefaciara o livro Azulejos de Bernardo Pindela e numa das vindas do escritor a Lisboa, contara em carta à noiva que o amigo, que seguia num coche com Sua Majestade, quase se deitara dele abaixo para o felicitar pelo próximo casamento. Aliás fora Bernardo um dos primeiros a visitar o casal em Bristol.

Era, de resto, quem, em Portugal, podia preparar a família de Eça de Queirós e ajudá-la a ver com clareza como salvar o marido, descrente de práticas religiosas, da “*danação do inferno*”. A quem e como recorrer? Mas esse passo não iria desvendar a Eça a proximidade da morte? Parecia, porém tão “*iludido*” com o seu estado! Emília confessava que de modo nenhum seria capaz de lhe arrancar a esperança de que iria curar-se. O apelo que dirigia a Bernardo, como se fosse a “*um irmão*”, tinha também o objectivo de a ajudar a resolver esse problema para ela, católica praticante, profundamente dramático.

Mas os acontecimentos precipitam-se e Eça morre a 16 de Agosto. Eduardo Prado e a mulher desistem da viagem a Itália e regressam a Paris para acolherem a família do amigo enquanto se desmanchava a casa de Neuilly. Em Lisboa, Bernardo iria receber a notícia sem tempo para tomar qualquer iniciativa a não ser a de dar apoio às duas famílias.

Bernardo Pinheiro Correia de Melo, 1º conde de Arnoso, conhecido entre os conviventes simplesmente por Bernardo Pindela, não teve tempo para corresponder ao apelo de Emília. Mas nos anos seguintes irá ser um garante da memória do amigo e do bem estar da família, incansável impulsor da comissão promotora da estátua de homenagem a Eça de Queirós, bem junto às ruas e praças que o amigo calcorreara com os companheiros de geração. A ele se deve a pensão que Emília de Castro viria a receber e que conquistou num comovente discurso feito na Câmara dos Pares a que, por direito, pertencia.



Música na Universidade de Lisboa - Temporada Jan-Abr 2023

A Música na Universidade de Lisboa apresenta a sua programação para a Temporada de Janeiro a Abril.

O projecto Música na Universidade de Lisboa conta com uma programação cultural própria. Com o objectivo de promover a vivência cultural e a sua aproximação à comunidade ULisboa e à sociedade em geral, apresenta agora a temporada de concertos de Janeiro a Abril de 2023.

No mês de Janeiro, apresentam-se dois concertos: um pela Orquestra da Ópera na Academia e na Cidade: "Concerto Festivo de Ano Novo" que decorre na Aula Magna, no dia 21 de Janeiro de 2023, às 21h00, com o clarinetista Michel Lethiec e José Ferreira Lobo na direcção musical, e o "Concerto de Inverno - Recital de Música Portuguesa", no dia 28 de Janeiro de 2023, às 19h00, no Átrio dos Passos Perdidos da Universidade de Lisboa, que contará com o Coro de Câmara da Universidade de Lisboa, com os pianistas Lúcia Marques, Filipe Gaio Pereira e Paulo Pacheco e com direcção de Luís Almeida. Os dois concertos serão de entrada livre, limitada à lotação dos espaços.

Na Temporada de Janeiro a Abril de 2023, a Universidade de Lisboa apresenta, na sua programação, os seguintes concertos:

21 Janeiro, 21h00 - Concerto Festivo de Ano Novo - Orquestra da Ópera na Academia e na Cidade

28 Janeiro, 19h00 - Concerto de Inverno - Recital de Música Portuguesa - Coro de Câmara da Universidade de Lisboa

2 Março, 21h00 - Paixão Segundo São João de Bach - Músicos do Tejo

9 Março, 21h00 - Orquestra da Ópera Estatal da Hungria - Ensemble D'Arcos

25 Março, 21h00 (a confirmar) - Concerto da Primavera - ACUL

29 Abril, 19h00 - Cordas com Clarinete - Ensemble D'Arcos

A agenda de concertos da Música na Universidade pode ser consultada online, podendo sofrer actualizações."

Cultura e Lazer



Poema e Poesia de Florbela Espanca

A um Livro

**No silêncio das sombras do meu ser
Agita-se uma sombra de cipreste
Sombra roubada ao livro que ando a ler
A esse livro de mágoas que me deste**

**Estranho livro aquele que escreveste,
Artista da saudade e do sofrer!
Estranho livro aquele em que puseste
Tudo o que sinto, sem poder dizer!**

**Leio-o, e folheio-o, assim, toda a minh'alma!
O livro que me deste é meu, e salma
As orações que choro e rio e canto!...**

**Poeta igual a mim, ai que me dera
Dizer o que tu dizes!...Quem soubera
Velar a minha dor desse teu manto!...**

Em "Livro de Mágoas"



8 Sinais de Que Você Tem Hipotireoidismo

De: Marcia S./ Tudo por mail

A tireoide é a glândula em forma de borboleta na base do seu pescoço, que secreta dois hormônios — a triiodotironina (T3) e a tiroxina (T4) — que controlam as principais funções corporais (incluindo a forma como você usa a sua energia, regula a temperatura corporal e digere os alimentos) e os seus órgãos (incluindo o coração, cérebro, fígado, rins e pele).

Entretanto, o hipotireoidismo ocorre quando a tireoide está mais lenta do que deve ser, produzindo menores quantidades dos hormônios necessários para o bom funcionamento do seu corpo — o que causa diversos outros problemas físicos e mentais. O hipotireoidismo é mais comum do que você pensa — milhões de pessoas no mundo possuem essa condição e nem sequer sabem disso. É a doença mais comum da tireoide e é mais frequente em mulheres e pessoas acima dos 60 anos. O problema é que, como os sintomas iniciais da doença são diversos e “imitam” os sintomas da vida cotidiana, milhões de casos de hipotireoidismo permanecem sem diagnóstico ou são confundidos com outros distúrbios. Felizmente, problemas de tireoide muitas vezes podem ser corrigidos com o medicamento certo e a alimentação adequada. Portanto, é muito importante saber reconhecer alguns sinais e sintomas de uma tireoide preguiçosa e, caso necessário, fazer um exame de sangue para poder iniciar o tratamento o quanto antes!



pelo seu sangue, as suas células não recebem o “*sinal verde*” de que é hora de trabalhar, levando você a se sentir fraco. É importante saber que, por mais que você sinta que não tem energia suficiente para fazer exercícios, aumentar sua actividade física vai ajudar a contrabalancear a fadiga e melhorar os seus níveis de energia.



ganhe peso. Portanto, se você se alimenta correctamente, pratica exercícios regularmente e mesmo assim não para de ganhar peso, consulte um médico imediatamente!



golpe quando a sua tireoide está fora de sintonia: níveis muito baixos de hormônio tireoidiano podem causar esquecimentos e memória fraca porque a deficiência dele torna tudo mais lento, inclusive o seu cérebro.

4. Você tem colesterol alto Apesar dos médicos não incluírem exames de tireoide nos check-ups tradicionais, quase sempre eles vão medir seu colesterol. Níveis elevados de colesterol no sangue podem colocá-lo em risco de contrair doenças



cardíacas, mas também podem ser indicativos de um problema de tireoide. Portanto, se o seu colesterol está muito alto, é mais um motivo para fazer um exame de hipotireoidismo.

5. Sua pele está seca Você comprou todos os cremes, máscaras e loções, mas nada parece funcionar? A pele seca e a coceira podem também ser sintomas de hipotireoidismo. A mudança na textura e aparência da pele ocorre devido à má circulação do sangue, como resultado da baixa função tireoidiana. Uma redução na circulação pode fazer com que as células da pele recebam apenas um quinto do suprimento de sangue normal, deixando-a enrugada e rachada. Além disso, um metabolismo

lento (causado pela baixa produção do transpiração, o que faz a pele ficar seca e escamosa. Se apenas a sua pele está seca, você pode ter eczema, mas se isso ocorre junto com unhas quebradiças, má cicatrização de feridas e queda de cabelo, consulte um médico.



6. Você está constipado Nós sabemos que ninguém gosta muito de discutir este tema, mas se o seu intestino não está funcionando regularmente, pode ser hora de consultar o seu médico. Sem os níveis necessários do hormônio da tireoide, muitas das funções do seu corpo ficam mais lentas — e uma delas é o funcionamento do trato digestivo. O hipotireoidismo pode enfraquecer



a contração dos músculos que o revestem, fazendo com que as fezes se movam muito lentamente através do intestino. Experimente comer mais alimentos ricos em fibras e probióticos, como banana com iogurte natural. Se isso não funcionar, pode ser que seja hipotireoidismo.



7. Você tem dores musculares o tempo todo Todos sabemos que o exercício físico é um componente crucial para uma boa saúde, mas ele não deve deixá-lo constantemente com dores. Se seus músculos não parecem estar recuperando mesmo nos dias em que você descansa, isso pode ser explicado por um problema de tireoide. A glândula secreta hormônios que controlam a forma como o seu metabolismo converte o alimento que você consome em energia. Menos hormônios significa um metabolismo mais lento e uma ruptura nesse processo — o que pode afetar a forma como os seus músculos reagem ao exercício. Consulte o seu médico e, enquanto isso, contrarie os sintomas escolhendo exercícios de baixo impacto, como natação, e aumentando o consumo de peixes ricos em ômega-3, como o salmão.



8. Você está sempre com frio Se você ainda está vestindo o seu casaco de Inverno quando está 25 graus lá fora, você pode estar sofrendo de hipotireoidismo. Pode até ser fácil ajustar a temperatura em sua casa ou carro, mas isso não funciona com quem tem hipotireoidismo, pois o problema está em regular a temperatura do próprio corpo. Quando há muito pouco hormônio tireoidiano, a temperatura do corpo tende a diminuir porque menos energia está sendo queimada por alvos celulares. Menos energia, combinada ao metabolismo lento, significa menos calor. E o que tudo isso significa? Bem, isoladamente, cada um desses sintomas pode significar dezenas de condições, bem como não significar nada. O importante é prestar atenção em como eles ocorrem. Se você apresenta um ou mais deles constantemente, consulte o seu médico. Outra dica útil é saber se há parentes seus com essa condição, pois a chance de você ter hipotireoidismo é maior nesse caso. Da mesma forma, se você for diagnosticado, é importante avisar a sua família também.

Quando os professores dizem: “BASTA”

Este está a ser o tempo de os professores dizerem basta. Outros virão. O Governo acrescentou erros a erros passados e está a receber o que semeou nos últimos sete anos.

Por Helena Garrido / Observ.

O excesso de burocracia, a degradação do espaço físico escolar, mas também da ética e moral, a cedência ao pequeno crime e à má educação, a cultura de facilitismo para OCDE ver, as mudanças constantes de regras e programas e a cumplicidade com o poder na era da Geringonça do tradicional sindicato, a Fenprof, constituem o insuportável enquadramento que os professores enfrentam. O salário, a carreira, as décadas para integrar o quadro de uma escola são o topo de uma montanha de problemas que se foram acumulando. Ninguém pode estranhar que cada vez menos pessoas queiram ser professor, até porque, com o que se passa no ensino público, já se consegue ser muito pouco professor.

Quem tiver sido professor há quatro décadas e olhar para o que faz hoje, a maior diferença que encontra é o desrespeito na escola e a quantidade de papéis que tem de preencher por exigência do Ministério da Educação. Papéis que assumem uma dimensão ainda mais significativa se o professor, em determinados anos e circunstâncias, se atrever a avaliar de forma negativa um aluno. Os burocratas adoram expandir o seu poder e basta entrar neste instituto, o IAVE – Instituto de Avaliação Educativa, para percebermos como a burocracia capturou a educação e está à beira de a destruir – como reiteradamente os professores se têm queixado, mesmo que indirectamente.

Um pequeno parêntesis. A educação não é a única vítima deste aumento exponencial de burocratas que inventam papéis para preencher. Há outros sectores, como o da Saúde, enquanto as empresas são em geral vítimas de quase todos os serviços públicos em matéria de pedidos de informação e preenchimento de papeladas. O custo destes burocratas é seguramente uma das razões para a falta de dinheiro para pagar melhor a professores, médicos, enfermeiros ou mesmo juízes e polícias.

O preenchimento de papelada é ainda o “incentivo”, chamemos-lhe assim, para os professores evitarem as notas negativas. Aqui o olhar dos burocratas, em cumplicidade com os governantes, vai para as estatísticas. É preciso aparecer com bom aspecto nos retratos que a OCDE faz da educação. E daí até manipular a realidade vai um passo, com total desprezo pelos danos que estão a provocar ao futuro dos alunos e à desvalorização dos professores.

Claro que esta manipulação dos resultados educativos está mascarada pela necessidade de apoiar melhor quem tem mais dificuldades. O resultado é deixar passar quem não sabe, acrescentando o problema do facilitismo que se contamina aos pais ou educadores. Quando falamos com professores é impossível não ficar boquiaberto com o que contam do que é a relação de alguns pais com a escola, a sua falta de exigência em todas as vertentes da educação – da relação com os professores e com a escola até àquilo que devem aprender. Alguns filhos são tratados como quem nem sequer se pode esforçar por aprender.

A escola foi-se transformando num sítio em que o professor é desrespeitado, não tem condições nem físicas, nem, em alguns casos, a segurança para ensinar. A situação agrava-se nos estabelecimentos situados em zonas de choques de culturas, com professores e polícias naturalmente receosos de intervir para restabelecer a ordem, não vão eles gritar que estão a ser vítimas de racismo, filmando-se para uma rede social ou chamando uma televisão.

Os incentivos estão todos alinhados para degradar a escola. Se não me podem reprovar porque vou estudar? Se não me podem castigar, sem um relatório que até pode prejudicar o professor se eu for esperto, porque é que não me comporto como um selvagem? São perguntas fáceis de responder. De tal maneira que bem podemos considerar, face às escolas que ainda temos, que a maioria dos pais ou educadores são cidadãos decentes que actuam em colaboração com os professores.

Porque os maus incentivos estão todos lá, e bem podemos agradecer aos burocratas que no aconchego dos seus gabinetes em Lisboa inventaram papéis e retiraram poder e autonomia aos professores e à escola.

Enquanto tudo isto se ia passando nas escolas, o sindicato tradicional dos professores, a Fenprof, foi-se concentrando apenas nos salários, contribuindo ainda mais para que os outros portugueses desrespeitassem os professores. Durante a era da Geringonça nunca foi capaz de denunciar o estado de crescente degradação do ensino público, depois de no passado não ter contribuído para repor o respeito pelos professores. Só quando os professores começaram a falar sem ser sob o chapéu da Fenprof, já com o novo sindicato, o Stop, se começou a generalizar a compreensão de que não estavam a lutar apenas pelo salário a que têm direito. Estão e estavam a lutar pela educação, especialmente pelo direito ao ensino daqueles que têm menos rendimentos.

Quem tem dinheiro já tem os filhos na escola privada. Nem precisa ser rico, basta valorizar a educação dos filhos e vamos ver algumas famílias pagarem, com sacrifício, o ensino. E se escavarmos bem, descobrimos como é generalizada a hipocrisia entre os que fazem juras ao ensino público e têm os filhos no ensino privado.

A degradação da escola pública é mais um factor a contribuir para o agravamento das desigualdades, juntando-se à transição para a inteligência artificial. Estamos a construir uma sociedade de tribos em silos, com ricos ou educados de um lado e pobres e malformados do outro, sem se conhecerem nem conseguirem falar uns com os outros, com as consequências sociais e políticas a que temos assistido nos EUA e no Brasil.

Quando ouvimos os testemunhos dos professores e percebemos o que se está a passar na escola pública, vemos que a proposta do ministro da Educação João Costa, com mais mudanças e com o risco de agora ver autarcas envolvidos na sua carreira e na vida escolar, foi a gota de água que os fez dizer basta. Mal pagos e mal tratados, sem condições para ensinarem, este é o tempo da revolta dos professores a mostrarem ao Governo que os erros podem levar tempo a pagarem-se, mas pagam-se.

Jaime Nogueira Pinto / Colunista do Observador

“Fascismo, nunca mais!”

O alarme contra os “*populismos*” e a pretensão de os reconduzir a velhas formas de autoritarismo ou totalitarismo, parece ignorar as diferentes circunstâncias, doutrinas e práticas de então e de hoje.

Com o aparecimento no mundo euroamericano de movimentos populares com características antiglobalistas e identitárias – movimentos que encontraram expressão política dominante em países como os Estados Unidos, o Brasil, a Itália, a Polónia e a Hungria e têm presença nas oposições da maioria dos países europeus –, tem havido uma campanha mediática forte para os equiparar ao regime fascista mussoliniano que, vai para um século, triunfou em Itália.

Os sinais de alarme contra os “*populismos*” – contra de direita, porque os de esquerda são ignorados ou olhados com simpatia, como excessos de generosidade e juventude – e a pretensão de os reconduzir a formas históricas de autoritarismo ou totalitarismo, parecem ignorar as diferentes circunstâncias históricas e as doutrinas e práticas de então e de hoje.

Nesses outros anos vinte, as alternativas que se perfilavam à esquerda e à direita, e que eram declaradamente antidemocráticas, recorriam à violência como forma superior de luta e lutavam entre si e contra um sistema que entrara em falência. Hoje, a violência física é rejeitada por esquerdas e direitas, e a esquerda tende apropriar-se da “*Democracia*”, ou do sistema, para, a partir de dentro, de uma posição de poder, varrer para fora da “normalidade democrática” alternativas à direita que não põem em causa a competitividade democrática, antes, se legitimam através do voto popular. Por isso talvez valha a pena recordar os anos vinte de há cem anos, começando por lembrar que as circunstâncias das rupturas histórico-políticas se devem mais à incapacidade das classes dirigentes para aguentar novos desafios do que à razão ou mérito das oposições no ataque ao poder.

Socialismo patriótico

A Itália era, em 1919, uma nação antiga mas um Estado recente. Antes de 1914, tinha sido aliada dos Impérios Centrais, mas foi contra eles que interveio, ao lado da Entente, num movimento de que o socialista Benito Mussolini foi um dos principais impulsionadores.

Dado o pacifismo ideológico e programático dos socialistas, tinha sido surpreendente que a grande massa dos partidos da II Internacional alinhasse com os governos “nacionais-burgueses” e votasse os créditos de guerra. Para Mussolini, esta falência da Internacional Proletária dera-se porque a nação e a lealdade à nação eram, ou tinham passado a ser, mais fortes do que a luta de classes. Defensor de uma “neutralidade condicional”, Mussolini apoiou a aliança com os franco-ingleses, já que o Império dos Habsburgo era quem ocupava Trieste e as províncias do irredentismo italiano – o Trentino, a Iústria e a Dalmácia. Como ele, outros socialistas italianos fizeram a ruptura com o internacionalismo do Partido Socialista oficial, enveredando por um socialismo nacional e revolucionário.

Para o futuro Duce, a questão nacional era a questão central: em Novembro de 1914, com financiamento de industriais italianos e socialistas franceses, fundou II Popolo d’Italia, que tinha no frontispício a legenda: “Jornal socialista”. Mas em Agosto de 1918, II Popolo passara já a ser um “Diário para combatentes e produtores”. Também em Outubro de 14, Mussolini criaria os Facci Autonomi d’Azione Rivoluzionaria, proclamando-se socialista segundo o lema de Blanqui – “Aquele que tem o ferro tem o pão” –, e reclamando-se da tutela de socialistas não-marxistas, como Proudhon, Bakunin e Fourier.

Em 23 de Março de 1919, em Milão, nasciam os Facci Italiani di Combattimento, que se transformariam, em 1921, em Partido Nacional Fascista e chegariam ao poder com a Marcha sobre Roma, em Outubro de 1922. A maioria dos militantes do movimento eram ex-combatentes e estudantes, mas o fascismo contou com gente de todas as classes sociais.

O perigo comunista

Na Itália de há um século deram-se uma tempestade e uma convergência para a resposta alternativa ao “perigo vermelho”, ao fantasma do comunismo, anunciado em 1848 por Marx e Engels; um fantasma que deixara de pairar

sobre a Europa para a ameaçar directamente com a revolução, depois de conquistar o poder na Rússia.

A novidade e originalidade do fascismo é, a par do anti-liberalismo, do anti-parlamentarismo e da crítica das instituições e dos valores oitocentistas (temas comuns à direita clássica), trazer as ideias de progressismo e solidarismo social e a consagração da violência como instrumento de mudança. O fascismo queria conciliar as classes, não ao modo paternalista conservador do catolicismo romano, ou do utilitarismo anglo-saxónico, mas numa dialéctica realista que, não ignorando a contradição dos interesses, procurava, pela tutela estatal autoritária, encontrar sínteses e arbitrar soluções, em nome do bem comum nacional.

Se, como geralmente se diz dos primórdios do fascismo, a acção precedeu o pensamento, nos tempos da guerra civil de baixa intensidade até à vitória ou antes da tomada do poder, o fascismo e os fascistas apressaram-se a formular uma doutrina.

O fascismo-movimento, antes do fascismo-regime, teve várias versões: à partida, era um nacionalismo radical com uma série de princípios de esquerda – anticapitalismo, anti-latifundismo, jacobinismo –, mas era também popular, romântico e antiliberal, embora defendendo o alargamento do direito de voto a todos os maiores de 18 anos, incluindo as mulheres.

Estes princípios saíram da reunião fundacional de Milão, na Piazza San Sepolcro, a 23 de Março de 1919, como resposta, na teoria e no terreno, ao comunismo, mas também dando seguimento a parte das razões do comunismo.

Fechando, também em Itália, o outro lado a bipolaridade radical, no 1º de Maio desse mesmo 1919, saía o nº1 da revista Ordine Nuovo, fundada por António Gramsci, com Angelo Tasca, Palmiro Togliatti e Umberto Terracini. Gramsci rombia com a linha socialista legalista do PSI, com a teorização marxista clássica da II Internacional, defendendo o modelo leninista de conquista do poder e a formação de “conselhos operários”, semelhantes aos Soviетes, como “forma universal de autogoverno das classes operárias”. Já em Abril de 1919 tinham começado em Milão as escaramuças entre fascistas e anarquistas; nos meses seguintes, recontros do mesmo tipo foram acontecendo em Génova, Bolonha, Florença. A radicalização ideológica e os combates de rua são paralelos à luta eleitoral no Parlamento, onde, em 1919, os socialistas ganham dois milhões de votos e elegem 156 deputados; e os católicos do Partido Popular de Don Luigi Sturzo, à volta de 100, remetendo os liberais, tradicionalmente dominantes, para terceira força. Os fascistas tiveram uma votação ínfima.

A partir deste “zero” como vão vencer? A violência e a radicalidade da revolução soviética, com os seus milhões de mortos, despertara na Europa um clima propício ao estado de exceção permanente para resistir ao que era visto como uma ameaça existencial à civilização; e daí surgiu o que Ernst Nolte chamou a “guerra civil europeia” – uma luta de princípios, ideologias e concepções de vida totalitárias, que se apoderou de grandes potências e se propagou por todo o Continente.

É com base nesta excepcionalidade – e nas consequências político-sociais e geopolíticas da Grande Guerra – que devemos olhar aqueles anos vinte, e não com uma percepção maniqueísta de ardós e conspirações de um polvo reaccionário desejo de suprimir a Europa liberal e a liberdade na Europa.

Para entender este tempo, é importante ter em conta estas rupturas e o seu grau de radicalidade. As torturas e massacres das Tchecas soviéticas, o medo que despertaram nas elites e nas classes médias de toda a Europa perante uma revolução que, em nome da utopia, destruiria os factores de uma sociedade livre – desde a liberdade religiosa à propriedade privada – explicam o apoio das classes médias e das elites, não só aos fascistas italianos, mas também aos movimentos autoritários e ditatoriais conservadores ocorridos na Europa Oriental e Meridional, da Polónia de Pilsudski ao Portugal do 28 de Maio.

As notícias sobre este terror vermelho foram disseminadas pelos emigrados russos da primeira vaga de 1917 a 1920, mais de um milhão. Em Berlim, “Metropolis de Fausto” ou “pequena Moscovo”, viviam cerca de 200 mil, com as suas hierarquias políticas e militares, as suas associações, os seus jornais, com vida literária e conspiratória. Ali coexistiam e confrontavam-se com o “Berlim Vermelho”, o dos comunistas alemães e dos representantes comunistas soviéticos.

Esta migração vinha em cima de uma tradição de relações russo-alemãs, com escritores e intelectuais, como Boris Pasternak, Osip Mandelston, Alexandre Koyré, frequentadores de universidades alemãs (Marburgo, Heidelberg e Göttingen). A emigração integrava todos os perseguidos pelos bolcheviques: de generais, políticos e religiosos monárquicos e czaristas a anarquistas e sociais-revolucionários.

Com a derrota do exército de Wrangel na Crimeia, em 1920, mais de 200 mil refugiados vieram juntar-se ao milhão de russos da primeira vaga. A maioria destes fixou-se em França que, depois da Alemanha, foi outro grande centro da diáspora russa. A facção monárquica, a dominante, estava dividida dinasticamente entre os apoiantes do Grão-Duque Kirill Vladimirovich, filho mais velho sobrevivente de Alexandre III e irmão do último czar Nicolau II, que se ficou pela Baviera; e os do Grão-Duque Nikolai Nicolaievich, neto de Nicolau I, que passou a viver no castelo de Choigny, perto de Paris.

Estas comunidades de emigrados foram importantes na difusão do anticomunismo. Chegaram a ser, em 1922, milhão e meio. Entre eles contavam-se pensadores conservadores, como Berdiaiev e o romancista, futuro prémio Nobel, Ivan Bunin. E o jovem Vladimir Nabokov.

O caso italiano

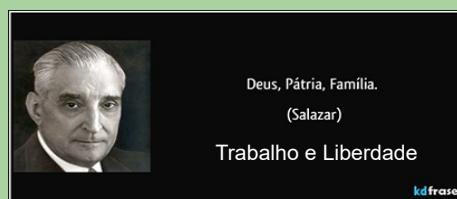
Em Itália não seriam muitos, talvez nem chegasse a vinte mil, e não tiveram uma influência significativa no anticomunismo italiano, senão por via europeia. O anticomunismo italiano, importante e mesmo decisivo para o triunfo do fascismo, estava ligado à ameaça comunista directa, revolucionária, na própria Itália, no período conhecido como "Bueno Rosso", o período de 1919-1920. O fascismo revolucionário do programa milanês de 23.3.19 teve uma rápida mutação no confronto com a esquerda socialista radical no campo, dando lugar ao "fascismo agrário", em que o esquadismo activista dos camisas negras, enquadrando e até liderando no terreno a reacção dos proprietários agrícolas da Padania e da Região Emilia, se "direitizou".

Ao mesmo tempo, Mussolini impulsionava a linha legalista parlamentar e aproveitava o fim da aventura d'Annunziana de Fiume, para justificar a inserção dos fascistas no sistema político giolittiano: a aventura de d'Annunzio iniciara-se com a ocupação de Fiume em 12 de Setembro de 1919; no ano seguinte, o vate anunciou a independência de Fiume, e proclamou a carta de Carnaro, constituindo uma República democrática e igualitária, com laivos soviéticos, ao ponto de ser a Rússia de Lenine o único Estado que reconheceu a Reggenza Italiana del Carnaro, "cidade-Estado" de curta vida, onde se permitia o amor livre, o naturismo e a homossexualidade, uma utopia libertária que atraiu gente de toda a parte. O ano de 1921 foi um ano de grande crescimento dos Fasci, que passaram de 88, com 20.615 filiados, para 834, com 249.036, números que, em 31 de Maio de 22 passariam para 2124, com 322.310 filiados. Na repartição geográfica, a grande força do movimento localizava-se no Norte do país. Quanto às categorias sócio-profissionais dos filiados, mais de 36% eram agricultores, proprietários e trabalhadores agrícolas, 15% eram operários e 13% estudantes. O resto repartia-se por profissões várias do comércio e dos serviços. Finalmente, 10%, a elite social, eram industriais e profissões liberais.

Foi a partir desta massa interclassista que se formaram os quadros do regime que, na época, foi plenamente aceite pelos Estados liberais europeus, que tinham então por inimigo principal o comunismo russo que, em Dezembro de 1922, criaria a URSS.

Hoje

Hoje, não há nada de semelhante ao "perigo fascista" nem ao "perigo comunista". Mas há uma circunstância real, ou percebida como tal pelos povos da Euroamérica: uma ameaça aos valores da civilização laica e cristã – à religião, à nação, à família, à liberdade, à vida – tal como foram entendidos ao longo de gerações; uma ameaça com cambiantes experimentalistas e rupturistas imprevisíveis a longo prazo. Chamar aos que contestam essa decadência, "fascistas", pode deixar satisfeitos os acusadores e perturbar alguns dos rebeldes. Mas não vai mudar nada.



Vicomte de Almeida Garrett

BIOGRAPHIE & INFORMATIONS

Nationalité : Portugal

Né(e) à : Porto (Portugal), le 04/02/1799

Mort(e) à : Lisboa (Portugal), le 09/12/1854

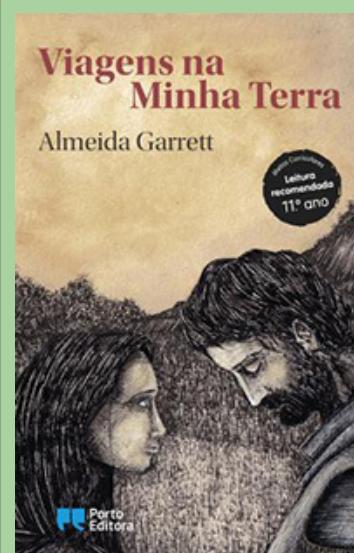
Biographie :

João Baptista da Silva Leitão anobli sous le nom de vicomte de Almeida Garrett par Pierre V de Portugal, est l'un des plus grands auteurs portugais de la période romantique. Il est aussi romancier, dramaturge et poète.

Introducteur du romantisme au Portugal, il est le créateur de la notion de «théâtre national portugais», le fondateur du Conservatoire de Lisbonne (Teatro Nacional D. Maria II), et le premier à avoir recueilli la poésie orale portugaise dans son Romanceiro, publié en trois volumes, entre 1828 et 1851.

Ardent défenseur des idées libérales, il fut en exil à la suite des révoltes libérales portugaises échouées. En 1832, il s'engage dans l'armée de reconquête menée par Pierre IV depuis les Açores. À la chute de Michel Ier et de ses idées d'Ancien Régime, il s'installe au Portugal sous le règne de Marie II de Portugal, pendant lequel il occupa une place prééminente et devint alors ministre et secrétaire d'état honoraire.

Son roman *Voyages dans mon pays* figure sur la Liste des 50 œuvres essentielles de la littérature portugaise établie en 2016 par le très prestigieux Diário de Notícias.



Obra-prima de Almeida Garrett

1846

A obra foi publicada originalmente em folhetins na Revista Universal Lisbonense entre 1845 e 1846, sendo editada em livro apenas em 1846. Tida como obra única no Romantismo português pela sua estrutura e linguagem inovadoras, *Viagens na minha terra* é um marco para a moderna literatura portuguesa.

OPINION

Non, l'argent public ne finance pas l'immigration clandestine

Claire Rodier

Juriste au Groupe d'information et de soutien des immigrés (Gisti)



« Comment l'argent public finance l'immigration clandestine ? » C'est sous ce titre prometteur que Le Figaro Magazine du 16 décembre se livre à une attaque en règle contre les associations qui aident les migrants, dénonçant « tout un écosystème (...) constitué autour des étrangers qui tentent leur chance dans notre pays ».

Pourquoi un « écosystème » ? Parce que ces associations, subventionnées par l'Etat ou rémunérées au titre des services qu'elles fournissent, auraient « financièrement intérêt » à ce que les étrangers « soient les plus nombreux possible ».

La démonstration se veut logique : plus il y a d'étrangers qui entrent en France, plus les associations reçoivent de l'argent des pouvoirs publics, plus elles ont les moyens de militer pour leur « accueil inconditionnel », en contradiction – fait mine de s'indigner l'auteur de l'article – avec la politique de contrôle de l'immigration irrégulière. « Le tout aux frais du contribuable. » Qui seraient donc ces associations qui profitent abusivement de leur objet social pour grever le budget de l'Etat ?

A LIRE ALTERNATIVES ECONOMIQUES

Les 12 débats interdits

Sous-traitance

Sont d'abord pointées du doigt celles qui se sont vu confier la prise en charge des demandeurs d'asile (hébergement, assistance matérielle et juridique, aide à l'intégration) dans le cadre du dispositif prévu par une directive européenne de 2013, dite « directive accueil ».

De longue date, l'Etat délègue ces missions, qui lui incombent légalement, à des associations. Elles reçoivent à ce titre les financements correspondant aux prestations qu'elles fournissent. Ce mécanisme de sous-traitance – par l'Etat ou les collectivités locales –, en général adopté par souci de souplesse mais aussi pour faire des économies, n'est d'ailleurs pas propre à la « gestion » des étrangers. On en trouve de nombreux exemples dans le secteur sanitaire et social, ou ceux de l'éducation et de la petite enfance.

Contester aux associations financées par l'Etat le droit de dénoncer les méfaits de la politique d'immigration, c'est un peu comme contester à la presse, au motif qu'elle est largement subventionnée, le droit de critiquer le pouvoir en place.

Ce qui gêne Le Figaro dans le cas des associations d'aide aux migrants, c'est que celles auxquelles il est fait appel œuvrent en faveur de l'amélioration des conditions d'accueil des étrangers, voire contestent les orientations de la politique migratoire du gouvernement : ainsi quand elles protestent contre le traitement, à leur arrivée à Toulon, des boat people sauvés du naufrage par le navire humanitaire Ocean Viking en novembre 2022, ou réclament haut et fort un hébergement pour des mineurs isolés étrangers laissés à la rue. S'il est concédé que les associations « ont pleinement leur rôle à jouer dans la défense des droits des migrants », c'est à condition qu'elles agissent en silence.

Actions en justice

Mais ce n'est pas tout : non contentes de mener un « combat idéologique contre l'Etat qui les finance », certaines associations l'attaquent en justice

En effet. Et il arrive même qu'elles obtiennent satisfaction. On peut, à cet égard, rappeler l'emblématique décision rendue en 2018 par le Conseil constitutionnel, qui, après la condamnation de Cédric Herrou pour aide au séjour irrégulier de migrants, a consacré, au nom du principe de fraternité, « la liberté d'aider autrui, dans un but humanitaire, sans considération de la régularité de son séjour sur le territoire national ». Ou celle par laquelle, en avril 2020, le Conseil d'Etat a enjoint au ministre de l'Intérieur de rétablir sans délai l'accès à l'enregistrement des demandes d'asile, en considérant que la carence de l'Etat – qui avait fermé les guichets pour cause de crise sanitaire – constituait « une atteinte grave et illégale à un droit fondamental ».

Garde-fou salutaire

Oui, les associations de défense des droits des étrangers sont amenées à saisir le juge dès lors que ces droits leur semblent bafoués – ce qui n'est, hélas, pas rare : le Défenseur des droits (autorité constitutionnelle indépendante, nommée par le président de la République), pour qui « le degré d'effectivité des droits des étrangers dans un pays est un marqueur essentiel du niveau de protection plus généralement accordé aux droits et libertés dans ce même pays » porte, dans un rapport de 2016, « le diagnostic d'une particulière ineffectivité de ces droits » en France. Plutôt que de s'indigner, comme y invite Le Figaro, de ce que les associations s'emploient à les faire respecter, ne faut-il pas voir dans leur vigilance un garde-fou salutaire dans un Etat de droit ?

Faut-il rappeler que la capacité d'agir en justice fait partie des prérogatives des associations ? Que le financement public des associations de défense des étrangers est par principe affecté à des actions d'intérêt général ? Que la liberté d'association, à laquelle a été reconnue valeur constitutionnelle, est l'une des meilleures garanties du pluralisme nécessaire dans une société démocratique, comme le précise régulièrement la Cour européenne des droits de l'homme ? Que les subventions concourent à rendre cette liberté effective ?

C'est d'ailleurs pour ces raisons que la loi dite « séparatisme » de 2021, parce qu'elle entend renforcer le contrôle de l'exécutif sur les associations, y compris par le biais financier, a été fortement critiquée non seulement par le monde associatif dans son ensemble, mais aussi par le Défenseur des droits, et par la Commission nationale consultative des droits de l'homme (CNC DH) qui y voit une menace pour les libertés fondamentales.

Contester aux associations financées par l'Etat le droit de dénoncer les méfaits de la politique d'immigration, c'est un peu comme contester à la presse, au motif qu'elle est largement subventionnée, le droit de critiquer le pouvoir en place. Ce qu'un certain Beaumarchais appelle « la liberté de blâmer ».



Qui à payé les gilets "sauve-vies" à chacun ?



Sept contre-vérités qui polluent le débat sur les retraites

Pour justifier à ses yeux l'impérieuse nécessité du passage de 62 à 64 ans, le gouvernement a dégainé toute une série d'arguments. Nous avons choisi d'en passer sept au crible.

Par Jean-Christophe Catalon, Sandrine Foulon, Laurent Jeanneau et Aude Martin

Tenter de convaincre sept Français sur dix hostiles à un report de l'âge légal est un exercice délicat. Pour justifier l'impérieuse nécessité à ses yeux du passage de 62 à 64 ans, le gouvernement a dégainé toute une série d'arguments répétés en boucle.

Sans réforme, le soldat retraite ne pourra être sauvé de la faillite, le taux d'emploi des seniors restera dans les limbes et les femmes subiront toujours de cruelles injustices. Il nous faut travailler plus parce qu'on vit plus longtemps et parce que nos voisins en font autant. Ces vérités sont-elles intangibles ? Nous avons choisi de les passer au crible.

1/ « On doit travailler plus longtemps parce qu'on vit plus longtemps »

« *On doit travailler plus longtemps parce qu'on vit plus longtemps. C'est du bon sens. Quand je regarde notre pays aujourd'hui, par rapport à il y a quarante ans, l'espérance de vie n'a cessé d'augmenter et l'âge d'entrée sur le marché du travail n'a cessé de reculer parce qu'on fait plus d'études. Et donc, c'est sûr qu'on va avoir de plus en plus de mal à financer notre système si on travaille de moins en moins longtemps mais qu'on vit de plus en plus longtemps hors du travail* », affirmait Emmanuel Macron le 25 avril 2019, à l'issue du Grand débat national.

Sauf que l'espérance de vie n'augmente plus depuis 2014, date de la dernière réforme des retraites. L'espérance de vie à la naissance des femmes a légèrement baissé, passant de 85,4 ans en 2014 à 85,2 ans en 2022, selon l'Insee. Pour les hommes, on est passé de respectivement de 79,2 ans à 79,3 ans. Même constat si on cible l'espérance de vie à 65 ans : elle a baissé de 0,2 an pour les femmes et de 0,1 an pour les hommes entre 2014 et 2022.

Qu'en sera-t-il dans les prochaines années ? L'Insee nous prédit toujours une vie plus longue, mais le ralentissement des gains d'espérance de vie observé depuis 2014 a conduit l'institut à réviser à la baisse ses prévisions. Pour les femmes, l'espérance de vie à 60 ans passerait de 27,5 ans actuellement à 29 ans en 2040. Et de 23 ans aujourd'hui pour les hommes à 25,6 ans en 2040.

Parallèlement, l'âge moyen de départ à la retraite, lui, augmente très nettement : il est passé de 61,3 ans en 2014 à 62,7 ans en 2022, selon le Conseil d'orientation des retraites (COR). Et il devrait continuer à grimper jusqu'à 64 ans en 2040 sans nouvelle réforme.

En réalité, les gains d'espérance de vie ont déjà été mangés par les précédentes réformes et la durée de la retraite est déjà en train de se raccourcir sensiblement. Là où la génération née en 1949 bénéficiera de 25,7 années de retraite, toujours selon le COR, celle née en 1968 ne passera que 24,5 ans à la retraite si la réforme échoue, et 23,5 ans si le gouvernement parvient à reporter l'âge légal à 64 ans.

Et tout le monde ne profitera pas de la retraite aussi longtemps : à 35 ans, les hommes ouvriers ont une espérance de vie de sept ans inférieure aux hommes cadres. L'écart est de trois ans chez les femmes, comme le soulignait l'Insee dans une étude parue en 2016.

Une inégalité confirmée par une autre étude du chercheur Ulysse Lojkine, qui montre que « les 40 % d'hommes les plus modestes d'une cinquantaine d'années ont environ 30 % de risque d'avoir une retraite de moins de 10 ans, et environ 15 % de risque de ne pas avoir de retraite du tout. Alors que les hommes au-dessus de la médiane n'ont qu'un risque de 10 % d'avoir une retraite de moins de 10 ans et un risque très faible de ne pas atteindre la retraite. »

Pour en savoir plus :

« Faut-il travailler plus longtemps ? », Sandrine Foulon, 24 février 2022.
« Quels chiffres utiliser pour parler de la différence sociale d'espérance de

vie et de la retraite ? », Ulysse Lojkine et Michaël Zemmour, 14 décembre 2022

2/ *La réforme est nécessaire pour « sauver notre régime par répartition »*
« *L'objectif est de consolider nos régimes de retraite, sans cela, seraient menacés, car nous à crédit* », a déclaré le chef de l'Etat, lors de son allocution du 31 décembre 2022.

La Première ministre Elisabeth Borne ne disait pas autre chose sur France Inter, le 14 janvier : « *Ce qui est à la clé c'est : est-ce qu'on veut ou non sauver notre système de retraite par répartition ?* » Alors certes, si on ne fait rien, le déficit du régime des retraites devrait se creuser dans les prochaines années et atteindre 12,4 milliards d'euros en 2027, 13,5 milliards en 2030 et 21,2 milliards en 2035. Il n'y a pas lieu de paniquer pour autant.

On pourrait commencer par reprocher au gouvernement de dramatiser l'enjeu pour convaincre du bien-fondé de sa réforme. Pour justifier son impartialité, l'exécutif met en avant le dernier rapport du COR, et c'est en effet la référence en la matière.

Mais ce que ne dit pas le gouvernement, c'est que le COR détaille plusieurs hypothèses. Et celle qu'a choisi de mettre en avant l'exécutif n'est pas neutre : il s'appuie sur la convention comptable dite « *équilibre permanent des régimes* », ou EPR.

Les alternatives au report de l'âge légal ne manquent pas, comme par exemple augmenter légèrement les cotisations

Qu'est-ce que ça peut bien vouloir dire ? C'est un scénario dans lequel l'Etat diminue très rapidement sa participation au système de retraite. Le COR a détaillé un autre scénario dit « *effort Etat constant* », ou EEC. Selon cette hypothèse alternative, l'Etat maintient sa participation au système, mais la baisse du volume des pensions de la fonction publique lui permet d'augmenter la solidarité vis-à-vis du reste du système.

« *Ce choix de convention pour le scénario retenu par le gouvernement a pour effet de doubler le déficit prévu sur les 25 prochaines années par rapport au scénario EEC (0,5 point de PIB en moyenne au lieu de 0,2). Il n'a rien de naturel, car il considère pour acquis la baisse des ressources du système de retraite (et non son maintien à l'identique), ce qui est loin d'être la norme* », commente l'économiste Michael Zemmour sur son blog.

Le gouvernement a donc choisi la convention qui l'arrangeait... On peut toujours se dire que c'est de bonne guerre, mais l'essentiel n'est pas là. Que ce soit 0,5 point de PIB de déficit ou 0,2 point, une chose est sûre : le système de retraite est loin d'être menacé.

Rappelons que les dépenses de retraites s'élèvent à plus de 350 milliards d'euros chaque année. Si on voulait absolument résorber ce déficit, les alternatives au report de l'âge légal ne manquent pas, comme par exemple augmenter légèrement les cotisations (dans cet article l'économiste Michaël Zemmour détaille cinq mesures pour combler le déficit).

Mais si on ne fait rien, la situation ne sera pas hors de contrôle pour autant : toutes conventions et scénarios du COR confondus, le déficit reviendra progressivement à l'équilibre dans quatre hypothèses sur huit. Et si l'on prend les deux scénarios les plus extrêmes, le solde du régime en 2070 sera soit de - 1,9 % du PIB dans l'hypothèse la plus défavorable, soit de + 1,5 % du PIB selon l'option la plus favorable. Rien d'ingérable.

Le plus important est que ce léger déficit ne s'explique pas par une dérive des dépenses. Celles-ci devraient soit stagner, soit légèrement baisser selon le scénario retenu. Il n'y a « *pas de dynamique non contrôlée des dépenses de retraites* », insiste le COR. Ce sont les recettes qui vont faire défaut, notamment à cause des mesures d'économies sur la fonction publique territoriale et hospitalière¹ qui réduisent le volume des cotisations collectées.

« *Il convient de souligner le caractère paradoxal de ce résultat, écrit le COR, les mesures de maîtrise de la masse salariale publique des collectivités locales et des hôpitaux se traduisent par une détérioration du solde du système de retraite.* » Voilà qui donne un argument de plus au personnel hospitalier pour obtenir une nouvelle revalorisation...

« Retraites : le principal enjeu n'est pas financier »,

par Jean-Christophe Catalon, 15 septembre 2022.

« Cinq pistes pour combler le déficit des retraites sans se fatiguer », par Michael Zemmour, 5 décembre 2022.

3/ Il n'y a plus assez de cotisants pour financer les retraites

« En 2005, deux actifs finançaient la pension d'un retraité. Aujourd'hui, on est à 1,7. On sera demain à 1,5. Je pense que chacun peut comprendre que le système est menacé. », rappelait Elisabeth Borne sur France Inter, le 14 janvier dernier.

Avec l'idée qu'il faut travailler plus parce qu'on vit plus longtemps (voir plus haut), le déséquilibre entre cotisant et pensionné revient régulièrement dans la bouche des promoteurs d'une nouvelle réforme. Il était certes beaucoup plus présent dans le débat il y a une quinzaine d'années, mais la Première ministre lui a redonné vie.

Elisabeth Borne aurait tort de s'en priver, la démonstration fait souvent mouche auprès des Français, d'autant qu'elle infuse depuis des décennies. Du livre blanc sur l'avenir des retraites préfacé en 1991 par Michel Rocard au rapport Charpin de 1999 commandé par Lionel Jospin, nombre de publications et de travaux ont alerté sur le vieillissement de la population et donc sur la baisse inéluctable du nombre d'actifs qui cotisent aujourd'hui pour financer la pension des retraités d'aujourd'hui.

Pour peu que le chômage augmente et que la productivité du travail ne soit pas au rendez-vous, tout l'édifice se fissure. Au détail près que les gouvernements successifs ne sont pas restés les bras ballants. Ils ont mené pas moins de six réformes des retraites, demandant des efforts aux Français pour assurer l'équilibre financier du système. Cet effet vieillissement a été compensé par les baisses de pension à venir.

Résultat, le « problème » démographique a été maîtrisé et intégré dans les projections du COR. Il n'y a pas d'inquiétude à avoir du côté du ratio cotisants/retraités, sans compter que l'effet du baby-boom d'après-guerre qui a conduit à servir des pensions à des générations de salariés qui partent massivement en retraite est en passe d'être réglé et qu'aucun autre tsunami démographique ne se profile à l'horizon.

« Il faut comprendre que si ce ratio de dépendance était purement arithmétique, cela fait longtemps que nous n'aurions plus été en mesure de financer les retraites. C'est bien la croissance de la productivité qui a permis de le faire », précise le politiste Bruno Palier. S'il y a des maux sérieux dont souffre le système des retraites aujourd'hui, ce n'est plus celui de la démographie.

« Il se trouve que tous les pays occidentaux connaissent un fort ralentissement de la productivité, y compris en France, qui peut poser un problème », ajoute le spécialiste de la protection sociale. Les problèmes à régler se trouvent davantage sur ce front-là. Notre système par répartition mérite en outre un grand débat démocratique et des solutions négociées pour faire entrer davantage de recettes dans les caisses.

Pour en savoir plus :

Bruno Palier : « Il n'y a pas besoin de faire une réforme purement budgétaire des retraites », le 10 décembre 2022.

Derrière les retraites, l'obsession de la dette, par Jean-Christophe Catalon, le 16 juin 2021.

4/ La réforme va augmenter le taux d'emploi des seniors

« Quand on décale l'âge de départ à la retraite, cela accroît "mécaniquement" le taux d'emploi des seniors. Cela a été le cas avec le report de 60 à 62 ans », a martelé la Première ministre Elisabeth Borne.

Et de fait, on pourrait presque croire à un effet directement lié aux réformes des retraites qui ont sans cesse éloigné l'horizon de la pension à taux

plein. Depuis les années 2000, le taux d'emploi des 55-64 ans n'a cessé d'augmenter, passant de 38 % début 2003 à 56,1 % fin 2021.

Certes, nombre d'études contestent ce supposé lien de causalité. Un rapport de France stratégie concluait ainsi que comme la montée en qualification des générations.

Reporter l'âge légal de deux ans aggraverait la situation des « ni ni », ni en emploi ni à la retraite, contraints d'attendre davantage avant de pouvoir ouvrir des droits à la retraite sans décote

Il serait toutefois exagéré d'affirmer que les réformes des retraites n'y sont pour rien. Mais leurs effets sont ambivalents. Elles permettent globalement à des seniors qui sont déjà en poste de le rester mais à nombre de 55-64 ans écartés du marché du travail de demeurer dans un état de précarité.

La mesure a des conséquences bénéfiques sur le taux d'emploi des plus diplômés : alors que 38 % des cadres nés en 1950 (concernés par l'âge légal de départ à la retraite à 60 ans) étaient en emploi à 61 ans, cette proportion a bondi à 60 % pour les cadres de la génération née en 1958 (âge légal à 62 ans). En revanche, 12 % des ouvriers nés en 1950 étaient en emploi à 61 ans, contre seulement 27 % pour les ouvriers nés en 1958.

Reporter l'âge légal de deux ans aggraverait la situation des « ni ni », ni en emploi ni à la retraite, contraints d'attendre davantage avant de pouvoir ouvrir des droits à la retraite sans décote.

Parmi les économistes et les politiques, il existe un consensus pour augmenter le taux d'emploi des seniors, particulièrement faible en France : 35,5 % pour les 60-64 ans. Seules divergent les solutions pour y parvenir. Même si l'économiste Jean-Hervé Lorenzi appelle à ce que les plus de 55 ans travaillent au-delà de l'âge légal, l'étude de la chaire transitions démographiques, transitions économiques qu'il a pilotée calcule qu'une hausse de 10 points du taux d'emploi des 55-64 ans, à 66 %, suffirait à équilibrer le régime d'ici à 2032, sans avoir à modifier une quelconque borne d'âge. Mais pour cela, il faudrait aussi remettre à plat les politiques de management des entreprises qui continuent à se délester de leurs quinquas et sexagénaires dès qu'elles le peuvent.

Pour en savoir plus :

Suffit-il de reporter l'âge légal de départ en retraite pour avoir plus de seniors en emploi ?, par Jérémie Younes, le 5 janvier 2023.

Pourquoi il est absurde de reporter l'âge de départ, par Laurent Jeanneau, le 22 octobre 2022.

5/ Tous nos voisins européens partent plus tard en retraite

« [En France,] l'âge légal est plus bas que dans la plupart des autres pays européens », peut-on lire dans le dossier de presse du gouvernement sur la réforme des retraites.

Au premier coup d'œil, la France avec ses 62 ans semble en effet faire figure d'exception face à l'Espagne, à l'Allemagne, aux Pays-Bas ou à l'Italie. Mais la comparaison tient-elle la route ?

« Le gouvernement nous présente un tableau selon lequel l'âge minimal de départ à la retraite serait déjà de 66 ans dans la plupart des pays européens. Il s'agit en fait de l'âge de la retraite au taux plein, comparable à nos 67 ans », décrypte Henri Sterdyniak, membre des Economistes atterrés.

« Il y a deux âges de départ en France : 62 ans, l'âge légal à partir duquel on ne peut pas empêcher un salarié d'ouvrir ses droits mais avec application d'une forte décote si l'on n'a pas cotisé les trimestres nécessaires (...) ; et 67 ans, l'âge de l'annulation de la décote. Dans la plupart des autres pays, ces deux âges n'existent pas. Dès lors, les comparaisons sont biaisées », expliquait en décembre dans les colonnes d'Alternatives Économiques, Bruno Palier, directeur de recherche du CNRS à Sciences Po et auteur de Réformer les retraites (Les Presses de Sciences Po, 2021).

Se concentrer sur cet âge d'annulation de la décote, du moins pour les pays dans lesquels il existe une équivalence, produit une photo différente puisque la France se situe au niveau de l'Italie (67 ans), mais est plus sévère que l'Espagne ou l'Allemagne, même si Berlin vise un relèvement à 67 ans d'ici à 2029. En Espagne, « au 1er janvier 2022, l'âge du taux plein est de 65

ans si l'assuré justifie de 37 ans et 6 mois ou plus de durée cotisée, et de 66 ans et 2 mois pour une durée cotisée inférieure », a comparé le Conseil d'orientation des retraites.

Si l'on regarde l'âge effectif de départ en retraite, c'est-à-dire l'âge moyen auquel les seniors font valoir leur droit à la retraite : « avec 63 ans dans le secteur privé, la France se situe dans la moyenne européenne », constate Bruno Palier.

Et surtout, les comparaisons intra-européennes ne tiennent que si l'on y intègre d'autres paramètres essentiels à la compréhension de l'équilibre d'un système de retraite, par nature complexe. A commencer par le facteur démographique. Et sur ce point, la France est certes concernée par le vieillissement, mais moins que ses voisins allemands ou italiens, rappelle l'OCDE.

6/ Les femmes seront mieux protégées par la réforme

« Cette réforme va protéger les plus fragiles et va protéger les femmes », s'est défendu Olivier Dussopt à l'Assemblée.

La Première ministre en est tout aussi convaincue : le projet sera bénéfique pour les femmes, notamment celles qui ont connu des interruptions de carrières. « 20 % des femmes aujourd'hui doivent travailler jusqu'à 67 ans. C'est cinq ans après l'âge légal. Cette borne-là, nous ne la bougeons pas », a-t-elle détaillé le 14 janvier sur France Inter.

Que se passera-t-il donc pour ces 20 % de femmes contraintes d'attendre l'âge d'annulation de la décote pour toucher leur pension à taux plein ? Rien. Elles travailleront toujours jusqu'à 67 ans, mais trois ans après l'âge légal. Curieux argument : il faudrait se satisfaire du constat qu'à défaut d'améliorer la condition de ces femmes, la réforme ne l'aggrave pas.

Grâce à la majoration des trimestres accordée pour la naissance et l'éducation des enfants, 33 % des nouvelles retraitées pouvaient partir à l'âge légal, 62 ans, avec tous les trimestres requis. Elles ne le pourront plus et devront travailler jusqu'à deux ans de plus.

Il faut dire que porter l'âge de la décote à 69 ans serait jeter de l'huile sur le feu d'une contestation qui ne fait pas que couver. En 2010, la réforme qui avait décalé de deux ans l'âge légal de départ avait également porté l'âge d'annulation de la décote de 65 à 67 ans. Un nouveau report serait non seulement préjudiciable pour ces femmes mais aussi pour les hommes, diplômés, qui sont entrés tard sur le marché du travail.

Véritable progrès en revanche, le projet prévoit de prendre en compte les congés parentaux dans les carrières longues. Près de 3 000 femmes pourront partir de manière anticipée chaque année, selon les estimations du gouvernement. C'est toujours ça de pris, mais cela ne compense pas la perte de droits que vont subir près de 120 000 femmes par an.

Grâce à la majoration des trimestres accordée pour la naissance et l'éducation des enfants (huit trimestres par enfant), 33 % des nouvelles retraitées pouvaient partir à l'âge légal, 62 ans, avec tous les trimestres requis. Elles ne le pourront plus et devront travailler jusqu'à deux ans de plus. Une pénalité qui touche aussi bien les ouvrières, employées que les cadres.

Pour en savoir plus :

Combien de femmes seront-elles lésées par la réforme des retraites ?, par Catherine Abou El Khair, le 16 janvier 2023.

7/ Avec la réforme, les retraités auront de meilleures pensions

« Travailler plus permettra aux futurs retraités de bénéficier de meilleures



pensions », a déclaré Elisabeth Borne.

La Première ministre a voulu rassurer les Français lors de la présentation de son projet de réforme des retraites le 10 janvier : il faudra travailler plus longtemps, mais pour gagner plus. Quels seront les effets du report progressif de l'âge légal de départ de 62 à 64 ans en 2030 et de l'accélération de l'allongement de la durée de cotisation à 43 ans en l'appliquant à partir de la génération 1965 au lieu de 1973 ?

Pour s'en faire une idée, une étude publiée par la Drees en 2016 a simulé les effets des précédentes réformes sur la pension moyenne relative.

Et effectivement, le recul de l'âge légal de 60 à 62 ans, puisqu'il implique de « rester quelques trimestres de plus sur le marché du travail [ce qui se traduit, pour les individus proches du marché du travail, par des droits supplémentaires acquis] », permet d'avoir une meilleure pension : de + 1,6 % pour la génération 1960 à + 2,6 % pour celle de 1980 et, parmi cette dernière, de + 1,7 % pour les bas salaires à + 2,8 % pour les hauts.

Al'inverse, l'allongement de la durée de cotisation (acté en 2014) peut induire une décote et/ou un taux de proratisation plus faible « pour les personnes ne pouvant pas prolonger leur activité » et qui donc ne parviennent pas à valider tous leurs trimestres. Ainsi, en moyenne, l'effet sur la pension est négatif (- 1,1 %) à partir de la génération 1970. Et, parmi ceux nés en 1980, l'impact sur les bas salaires est de - 2,5 % contre seulement - 0,2 % pour les hauts.

L'un dans l'autre, cela fait au total une perte de 0,8 % pour les bas salaires, contre un gain de 2,6 % pour les hauts salaires de la génération 1980.

Par ailleurs, ces deux mesures réduisent la durée passée à la retraite. Entre l'effet sur la pension et celui sur la durée, la Drees a cherché à savoir lequel l'emporterait sur l'autre en calculant « la pension relative cumulée sur le cycle de vie ». Résultat : tout le monde y perd.

Pour les générations 1960 et 1970, la variation est respectivement de - 1,7 % et - 2,5 %. Parmi ceux nés en 1980, la chute va jusqu'à 4 % pour les bas salaires, contre 1,9 % pour les hauts. L'allongement de la durée est la mesure dont l'effet à la baisse est le plus fort.

J Y M ARCHITECTURE

Services & Plans D'Architecture
Résidentiel • Rénovation • Commercial • Multiplex

Jean-Yves Mesquita T.P.

Technologue en Architecture

Cel. 514.972-9985 • @:info@jymarchitecture.com • www.jymarchitecture.com



ORDRE DES
TECHNOLOGUES PROFESSIONNELS
DU QUÉBEC

"Crónicas de Lisboa"

Nunca é Tarde para Mudar de Vida

Ele era um velho profissional da área da fotografia e da publicidade com bastante experiência e criatividade, mas um pouco boêmio, pessoa que levava a vida de forma despreocupada e pouco rigoroso nas suas obrigações familiares e profissionais. Por isso, do seu ordenado era muito pouco a entrar em casa, em muitos meses, pelo que o sustento da família era, essencialmente, suportado pelo salário da esposa. Por tudo isto e com os filhos já criados, ela não aguentou mais e pediu o divórcio, "atirando-o porta fora" e com o mesmo epiteto injurioso de "inútil" o classificaram a "ex" e os seus dois filhos. Deu-lhe guardia temporária um amigo, num pequeno cubículo, mas o fim do casamento, mesmo que tenha sido, nos últimos anos, pouco exemplar, provocou nele um choque que o deixou psicológica e emocionalmente de rastos. O álcool, o tabaco e outras faltas, levaram-no ao despedimento e, com aquela idade, o que fazer para ganhar o pão, mesmo que fosse exclusivamente para si?



Caiu na rua e passou a ser mais um sem-abrigo que se abrigava, durante a noite, na estação dos comboios, na zona nova da cidade, tendo por companhia muitos outros desafortunados ou desvalidos da vida. Inicialmente e enquanto o pouco dinheiro foi chegando, sentia vergonha em mendigar, preferindo aproximar-se dos contentores com restos de alimentos, para enganar o estômago, que mesmo na vida activa profissionalmente, não era muito exigente, preferindo o álcool e o tabaco, na companhia dos "amigos". Mas foi-se aproximando do parque de estacionamento da zona de edifícios de escritórios e, envergonhadamente, ia fazendo aquele gesto típico dos arrumadores de carros. No final do dia, a colheita poderia ser generosa, até porque alguns dos condutores lhe confiavam as chaves da viatura que, por períodos curtos, deixavam paradas em paralelo ou segunda via, enquanto iam tratar dos seus afazeres profissionais. Aquele gesto de alguns dos automobilistas valia mais do que a gorjeta deixada, porque pressupunha uma confiança depositada nele. Nasciam algumas amizades naquele quotidiano, até porque ele era "educado e bem-falante". Tinha até adoptado um cão que teria sido "expulso" de casa, como ele, e apareceu nas proximidades dos contentores de restos de alimentos. Passou a ter companhia nas noites onde dormiam nos cantos da estação de gente sempre apressada que nem olhavam ou eram indiferentes àquele cenário de pobreza humana.

Diz o povo que - "não há mal que sempre dure, nem bem que se não acabe" - e, de facto, aquele "emprego de arrumador" que lhe garantia algum dinheiro, mesmo que insuficiente para deixar o estatuto de "sem-abrigo", iria acabar naquela praça, porque iriam ser instalados parquímetros pela empresa municipal. Teria de encontrar um novo local de estacionamentos, onde os arrumadores se digladiam à procura da "moedita" ("arrumadora mata concorrente à facada" - noticiava, há tempos, a imprensa, pois o álcool e o consumo de drogas levam-nos a estes extremos), ou mudar de vida. Mas, como mudar, sem casa e sem dinheiro? Talvez uma "fada madri-

nha" o pudesse ajudar, pensava ele, já bastante castigado pelos erros que cometeu e o expulsaram duma vida normal com um lar.

Ela, uma mulher na casa dos quarenta anos e com aspecto de executiva, era uma das suas "freguesas" que lhe confiava as chaves do automóvel "topo de gama" e, generosamente, o gratificava, bem como lhe transmitia palavras de encorajamento. Ainda mais quando ele passou a ter por companhia o seu "fiel amigo" e, palava puxa palavra, é sabido que um cão aproxima e quebra o gelo mesmo entre desconhecidos, a confiança foi criando raízes. Ela ficou a conhecer a "estória de vida" daquele homem e, certo dia, perguntou-lhe se ele poderia e quereria passar a levar os seus dois cães de estimação, de raça "topo de gama", como convém na ostentação, a passear, duas vezes por dia, pois os seus afazeres profissionais, e sendo ela celibatária, por opção, daí os seus dois "filhos caninos", complicava os seus horários. Confiava nele e acertaram os pormenores e o valor da gratificação ou serviço prestado e ofereceu-lhe ainda e duma forma gratuita, uma pequena divisão externa e autónoma, construída para ser ocupada pelo jardineiro que acabou por nunca ter, da sua vivenda, para que ele deixasse de ser um "sem-abrigo". Sairia ele ainda a tempo dessa vida que marca, definitivamente, quem nela cai, por erros seus ou vicissitudes deste sistema socioeconómico no qual quase todos somos dependentes frágeis e, sem suportes familiares, para ela poderemos ser arrastados.

Disse-lhe ela, muito interessada nas exigências de "mãe" dos caninos, que ele passaria a ser um passeador de cães e, mais fino, na terminologia anglo-saxónica que transmite outro status ("um Dog Walker") ou um cuidador (um "Pet Sitter") e que o iria ajudar a angariar outras clientes, pois havia, no seu bairro da classe média alta, muita gente com as mesmas dificuldades dela. Iria usar a sua influência e conhecimentos pessoais, muitos deles travados através dos "passeios caninos" no jardim e parques da zona, e com o seu aval, assente na confiança que nele depositava, muitas "mães" dos seus "filhos", são cada vez mais os termos dos humanos usados nos animais de estimação, iriam aderir, podendo ele, deste modo, angariar um rendimento diário e mensal que lhe permitisse levantar a cabeça e voltar a ter uma vida digna. Ademais, ser um "Dog Walker" ou "Pet Sitter" é a uma profissão na moda, porque esta vida moderna de "gente fina" vai criando empregos em serviços que preferem pagar a fazerem eles. Se nesta área o trabalho é feito apeado, outros é motorizada ou em bicicletas, como, por exemplo, da "Uber Eats" e empresas afins. Tempos modernos que gera "novos escravos" como antes eram aquelas(es) de muitas profissões já inexistentes, mas outras ressuscitadas. A nova profissão do "nosso homem" é moderna e não é apenas para jovens.



Para mudar de vida nunca é (poderá ser) tarde, embora para os milhares dos sem-abrigo que "vivem" nas cidades, as esmolas de caridade, muitas vezes caridadezinha, mais em períodos festivos ou vagas de frio ou calor, são como que aspirinas para a sua "doença" que, obviamente, não sara essa chaga. Eles são o fracasso das sociedades modernas, onde o homem é livre para "viver" pior do que os milhões de animais de estimação que habitam nas famílias (cerca de sete em cada dez portugueses - 69% - considera que o seu animal de estimação é já um elemento fundamental da família). Triste, muito triste a vida dos deserdados das sociedades modernas e ricas, materialmente, mas pobres em valores humanos.

P.S – Esta é uma "estória" ficcionada por mim, pelo que quaisquer semelhanças é pura coincidência.

Serafim Marques - Economista (Reformado)



COMANDOS



Ajudemos os COMANDOS do curso 127 que foram constituídos arguidos

NIB - 0033-0000-45536014942-05

As enormes despesas tornam muito apreciada a vossa esperada colaboração

A Associação de COMANDOS agradece-vos : **MAMA SUMÉ !!!**
O Presidente da AC

José Lobo de Amaral

Place d'Armes

Défendre servilement l'OTAN est-ce défendre les intérêts de la France?



**General de Brigade - armée de l'air-retraité
Antoine Martinez**
President VPF (Volontaires par la France)
Ancien Colonel de la Légion

Une tribune fratricide révélatrice

Dans sa parution du 18 janvier 2023, le JDD publie la tribune d'un officier général, vice-amiral précisément, intitulée « *Guerre en Ukraine : attention, d'anciens militaires français contribuent aux intérêts du Kremlin* ». Après une première réaction d'étonnement sur le titre qui donne immédiatement le ton, on ne peut que s'indigner et déplorer le propos délirant qui suit et, plus grave, la dénonciation nominative, scandaleuse et calomnieuse, de certains de nos camarades parce qu'ils ont l'outrecuidance de refuser le narratif de l'OTAN sur le conflit entre l'Ukraine et la Russie et de formuler leurs réserves sur le soutien à Kiev. Cette tribune suscite donc quelques questions légitimes et nécessite une réponse, une réplique sans concession à une attaque contre des patriotes ayant servi sous l'uniforme l'Etat et la nation avec honneur et loyauté.

Cette attaque ad personam ne s'apparente-t-elle pas en réalité à une chasse à l'homme ignoble organisée et téléguidée pour faire taire la prétendue minorité de ceux qui contestent le discours officiel et qui peuvent avoir une influence sur l'opinion publique par le biais des réseaux sociaux ou de médias alternatifs ? L'exemple de la lettre ouverte à nos gouvernants et à nos parlementaires d'avril 2021 constatant le délitement de la France et la nécessité d'un sursaut de nos dirigeants ne démontre-t-il pas cette capacité d'influence dérangeante pour le pouvoir politique puisqu'elle a été approuvée par une large majorité de Français ? C'est la liberté d'expression et de pensée qui est ici visée. C'est le refus catégorique d'une pensée différente ! Ce terrorisme intellectuel ne reconnaît qu'une liberté, celle de penser comme il faut ! Hors du discours officiel point de salut !

Pourquoi cette tribune aujourd'hui ? Cette démarche ne révèle-t-elle pas une sérieuse inquiétude sur l'évolution de la situation sur le terrain pour les forces ukrainiennes, en vérité différente du narratif officiel, inquiétude manifestée au sein de la direction de l'IRIS (Institut de Relations Internationales et Stratégiques) – dans lequel évolue ce vice-amiral – en lien direct avec l'Etat puisque lui fournissant son expertise ? Ne traduit-elle pas la prise de conscience des conséquences inimaginables à ce stade mais potentiellement catastrophiques à tous points de vue pour la France dans son suivisme aveugle des États-Unis et de l'OTAN dans le cas de l'effondrement des forces armées ukrainiennes ? Quelle humiliation au bout du chemin !

D'ailleurs, comment expliquer cette soudaine tribune alors que depuis plus d'un an des anciens militaires de haut rang défilent, eux, sur les plateaux des médias pour délivrer et conforter le narratif de l'OTAN sans aucune contradiction ? Un droit de réponse de ces officiers calomniés aujourd'hui dans ce journal ne serait-il pas légitime dans une autre tribune intitulée, cette fois, « *Guerre en Ukraine : attention, d'anciens militaires français contribuent aux intérêts des Etats-Unis* » ? Mais la tribune de ce vice-amiral ne constitue-t-elle pas une manœuvre de diversion pour occuper l'espace médiatique dans le but de cacher l'évolution défavorable de la situation des forces ukrainiennes et la conséquence – qui pourrait être dramatique – des livraisons de chars lourds par l'OTAN, sachant que la Russie ne peut pas se

permettre de perdre cette guerre ? Jusqu'où notamment la France est-elle prête à aller, sans consultation du Parlement jusqu'ici, avec les risques de représailles militaires ? Et après ?...

Beaucoup de questions auxquelles chacun pourra apporter sa réponse. Mais les poser, n'est-ce pas déjà y répondre, au moins en partie ? Ces questions étant posées, il faut maintenant répondre plus directement au vice-amiral chargé de la rédaction de ce papier diabolique.

Une phrase dans cette tribune est symptomatique de l'attitude de ces élites qui s'érigent en permanence en donneurs de leçons : « Peu d'analystes se sont interrogés jusqu'à présent sur les causes de cette aberration intellectuelle et morale qui a cours dans un milieu où les notions de rigueur, d'éthique et de loyauté sont pourtant consubstantielles de celle d'engagement au service du pays ». Mais précisément ces notions de rigueur, d'éthique et de loyauté habitent ces officiers ou groupe de réflexion (Think Tanks) engagés au service de la France et vilipendés aujourd'hui parce qu'ils ont le courage d'exprimer leurs réserves au soutien de l'Ukraine dans un conflit qui aurait pu et qui aurait dû être évité et dont les causes sont bien plus complexes que celles brandies par les va-t-en-guerre de l'OTAN. Ils ont le courage, eux, de penser avant tout à la France qui n'a aucun intérêt à défendre en Ukraine ou en Mer d'Azov, une France qui a raté un rendez-vous capital avec l'Histoire au cours du premier semestre de l'année 2022 alors qu'elle présidait l'Union européenne. Le général de Gaulle doit se retourner dans sa tombe !

Par ailleurs, les causes de cette aberration intellectuelle et surtout morale évoquées par ce vice-amiral ne doivent-elles pas justement être recherchées chez ceux qui, comme lui, défendent servilement les intérêts de l'OTAN, c'est à dire des Etats-Unis, et non pas les intérêts de la France ? De quel côté se trouvent, en fait, la rigueur, l'éthique et la loyauté ? D'ailleurs, il s'égare et se fourvoie avec sa dénonciation calomnieuse et perverse, n'hésitant pas à utiliser l'arme des lâches, la délation, lui, le produit d'un atlantisme pur et dur à l'allégeance sans équivoque, oubliant de surcroît et cyniquement ses multiples conflits d'intérêts avec le monde anglo-saxon. Cette allégeance est telle qu'il en oublie même la langue française notamment dans son profil sur Twitter dans lequel il se présente comme « *Former French naval aviation – senior fellow – opendiplo, RUSI.org, InstitutIRIS, View expressed here are my own* ».

Il essaie, en outre, de faire croire que ceux qu'il dénonce sont minoritaires. C'est vrai si on s'en tient à ceux qui sont régulièrement invités sur les plateaux des chaînes de télévision. En effet, le narratif présenté jusqu'à présent sur ces plateaux l'est sans contradicteur. Mais le croit-il vraiment ou, au contraire, sa dénonciation ne trahit-elle pas une nervosité et une inquiétude partagées au plus haut niveau de l'Etat sur les conséquences d'une possible fracture des esprits au moment même des livraisons annoncées à l'Ukraine de chars lourds par les pays de l'OTAN et en particulier par la France ? Car le sondage effectué par Place d'armes (site de la communauté militaire engagée), en décembre dernier sur plus de 11 000 personnes, ne peut pas ne pas avoir été analysé : 89,2 % considèrent que la guerre profite avant tout aux Etats-Unis, 91,66 % pensent que les Occidentaux, dont la France, ne recherchent pas la paix, 88,07 % pensent que leurs décisions peuvent nous entraîner vers une guerre directe avec la Russie, 96,71 % refusent l'envoi de troupes françaises pour soutenir l'Ukraine. On le constate, le résultat éloquent de cette consultation ne peut pas être ignoré.

La livraison de ces chars et matériels lourds à l'Ukraine constituera non seulement un degré supplémentaire dans le processus d'escalade et d'engrenage engagé par l'OTAN depuis plusieurs mois, mais surtout un changement de nature qui pourrait représenter un moment de bascule dangereux débouchant sur une fuite en avant qui ne serait plus maîtrisable. Les pays membres de l'OTAN pourront toujours se convaincre et déclarer qu'il ne s'agit pas de co-belligérance, mais l'important c'est l'interprétation qu'en fera la Russie et les décisions qu'elle prendra avec ses conséquences. La démarche accusatoire et manichéenne de cet officier général qui commet une faute en jouant les procureurs sur la place publique contre ses frères d'armes pourrait, en fait, révéler les doutes, les questionnements, voire les désaccords sur le positionnement de la France dans ce conflit non seulement au sein de la communauté militaire ayant quitté l'activité mais au sein même de nos armées d'autant plus que le Parlement n'a toujours pas été consulté.

Le 25 janvier 2023

Général (2s) Antoine MARTINEZ